



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA E MUSEOLOGIA
CURSO DE MUSEOLOGIA

HIRLAYNE MIKAELA CARVALHO DA SILVA

**AUTISTAS E MUSEUS COMUNITÁRIOS: Uma Sinergia para a Inclusão e a
Valorização da Neurodiversidade.**

Recife - PE

2025

HIRLAYNE MIKAELA CARVALHO DA SILVA

**AUTISTAS E MUSEUS COMUNITÁRIOS: Uma Sinergia para a Inclusão e a
Valorização da Neurodiversidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Museologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel (a) em Museologia.

Orientador (a): Elaine Müller

Recife - PE

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Hirleyne Mikaela Carvalho da.

Autistas e Museus Comunitários: Uma Sinergia para a Inclusão e a Valorização da Neurodiversidade. / Hirleyne Mikaela Carvalho da Silva. - Recife, 2025.

63 p.

Orientador(a): Elaine Müller

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Museologia - Bacharelado, 2025.

1. Autismo. 2. Transtorno do espectro autista (TEA). 3. Museus. 4. Inclusão
5. Neurodiversidade. 6. Políticas públicas . I. Müller, Elaine .
(Orientação). II. Título.

060 CDD (22.ed.)

HIRLAYNE MIKAELA CARVALHO DA SILVA

**AUTISTAS E MUSEUS COMUNITÁRIOS: Uma Sinergia para a Inclusão e a
Valorização da Neurodiversidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Museologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel (a) em
Museologia.

Aprovado em: 14/04/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Elain Müller (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ertz Clarck Melindre dos Santos (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Ilka Veras Falcão (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho de conclusão de curso à minha mais doce avó, Mariza de Carvalho. Ela foi a base de tudo, de toda a minha família, de tudo o que somos hoje e estará para sempre eternizada em nossos corações.

AGRADECIMENTOS

Ao final deste trabalho, me sinto profundamente grata por todo o processo percorrido, por todas as lutas e por cada tropeço, pois sem essas barreiras eu não seria capaz de fazer o que foi feito e concluir uma etapa tão importante da vida. Dessa forma, agradeço em primeiro lugar a Deus, que segurou em minha mão e não me deixou desistir, mesmo que por muitas vezes eu tenha tentado. O Seu olhar para mim e o Seu amor me enchem de graça e esperança para enfrentar o mundo e prosseguir nessa jornada chamada de vida.

Dito isto, gostaria também de agradecer a toda a minha família, que jamais me desamparou. Mãe, te agradeço porque sua força me inspira a ser forte, sua história me mostra que apesar de tudo podemos ser quem quisermos ser nesta vida. Sinto que cada decisão da sua vida é para que os seus filhos fiquem bem, sua dedicação para com a gente é algo que aquece o coração e toca a alma. Apesar de tantas dificuldades, desde criança eu carrego comigo a certeza de que jamais gostaria de ter outra mãe, e que jamais gostaria de vir de outra família. Seu respeito por todos é de uma beleza surreal. É um privilégio saber que seu colo sempre vai estar disponível e que eu sempre posso voltar para o lugar onde eu conheci o amor.

Agradeço ao meu pai, que apesar da distância, sempre procurou se importar, sei que o seu amor por mim é genuíno e sempre guardarei comigo as memórias de minha infância, das leituras da bíblia antes de dormir e dos diversos momentos de conselho e conversas apesar de eu ter tão pouca idade. Aproveito para agradecer também ao meu padrasto, que me acolheu ainda pequena e se fez um pai para mim. Seu cuidado para comigo, para com o meu irmão e para com a minha mãe é algo que com certeza me fez chegar até aqui. Obrigada por cuidar tão bem de nós, pelos remédios comprados, pelas noites de preocupação, pelos lanches do trabalho que foram guardados com tanto carinho e trazido para nós. Eu agradeço a Deus por tê-lo colocado na vida de minha mãe e conseqüentemente na minha vida e na vida de meu irmão.

Ao meu irmão, meu irmão mais novo e a segunda parte de mim, eu agradeço pela sua vida, pois ela é um presente para a minha. Obrigada por ser meu suporte diário durante tanto tempo, por cada comida colocada no meu prato, por cada copo de água trazido até mim mesmo que eu não tivesse pedido, apenas pelo cuidado do

dia a dia. Obrigada por cada lágrima que você me viu derramar e me ajudou a enxugar e por cada vídeo bobo que você me mostrou e me arrancou uma risada. Apesar das nossas divergências, você é uma das pessoas que mais amo no mundo, eu me coloco de lado por você porque o meu amor por você é genuíno e apesar de qualquer coisa eu vou continuar te amando. Obrigada porque mesmo distante você ainda cuida de mim, seu carinho e cuidado é algo que inspira a todos a sua volta, por favor, não deixe que o mundo mine o que há de mais bonito dentro do seu coração.

À minha avó, Mariza de Carvalho, obrigada por ter me mostrado a quão amada eu posso ser, a senhora tinha o dom de se fazer porto seguro para todos a sua volta e comigo não seria diferente. Obrigada por estar sempre querendo a família por perto, por sempre se lembrar de mim e por sempre dizer que me ama. As bolsinhas de moeda que a senhora trazia para mim todo final de ano, representavam muito mais que ganhar dinheiro naquele momento, representavam o seu cuidado e o seu pensamento em mim todos os dias. A cada viagem as malas eram abertas para ver o que os seus netos estavam precisando. Pouquíssimas pessoas conseguem se doar dessa forma e não tem um dia que eu não me sinta vazia por não tê-la mais em minha vida. Seu amor por seus filhos, por seus netos, por suas irmãs e por toda a sua família sempre será lembrado e é por esse amor que fazemos questão de manter os laços atados.

Finalmente à minha tia, fruto desse amor, minha maior inspiradora nessa jornada, suas histórias de superação, são algo que inspiram não só a mim, mas a todos que a conhecem, é incrível saber que através da sua força e determinação, a senhora conseguiu melhorar a vida de todos a sua volta, incluindo a minha. Obrigada por ser meu ponto de apoio, por se importar comigo desde sempre. Muito do que eu sou, eu lhe devo, incluindo meu amor pela leitura, que foi plantado desde a minha infância. Então obrigada por cada livro novo, por cada material escolar, por cada farda nova, por cada curso, por cada conselho, por cada passeio, por cada roupa nova, por cada abraço, por me entender e me acolher tanto. Minha vida é um milhão de vezes melhor porque eu a tenho nela. Me aquece o coração saber que alguém tão maravilhosa me ama. A senhora cuidou tão bem de mim e do meu irmão, sempre nos apoiando tão lindamente que eu sempre tive a certeza de que um dia a senhora seria a melhor mãe desse mundo e isso está se provando ser real.

Dito isto, obrigada por presentear meu mundo com nossa pequena princesa Sofia, a joia mais preciosa das nossas vidas. Espero um dia poder retribuir tudo o que me foi dado.

Ao meu primo, um irmão de alma, melhor amigo desde a infância, você esteve comigo quando por muitas vezes me senti abandonada, enfrentar a separação dos meus pais, viver por um tempo na casa da nossa avó, Ivanete, sem nenhum dos dois se tornou mais aceitável porque você estava comigo. Nossas brincadeiras inventadas, nossas conversas sem sentido, nossas brigas por nada e até quando aprendemos juntos a cantar em inglês algumas músicas. Achávamos que trilharíamos o mesmo caminho para sempre, mas hoje você se encontra realizando seus sonhos na França e que bom, carrego comigo eterna admiração e respeito por sua história e por quem você é, sei que os caminhos que você trilhou por vezes foram difíceis, mas sei que foram eles que levaram você para onde está hoje e sei também que você voará para muito mais longe.

Para além da minha família de sangue, eu ganhei uma família do coração e sou grata por isso. Agradeço pela vida da minha cunhada linda, Isa, sem ela não teria conhecido o amor da minha vida, agradeço pela vida do meu sogro, Antônio, pela vida da minha sogra, Josiane, que cativou meu coração desde o primeiro momento. Dona Josi, mais uma mulher gigante que entrou na minha vida, trilhou os caminhos da acessibilidade desde antes de eu pensar sobre o assunto, trouxe melhoria para diversas vidas que eram esquecidas e apagadas pelas suas deficiências. Sou uma grande admiradora dessa mulher para além do seu trabalho, mas por quem ela é. Que sorte a minha ter minha vida acolhida e apoiada por ela, uma mulher de fé que me inspira tanto, principalmente quando se trata de acreditar e confiar em Deus.

Finalmente, agradeço ao meu amor, Gabriel, você já me ensinou tanto, tenho certeza que não teria conseguido essa conquista sem o seu apoio diário. Cada ação sua me enche de amor e alegria e pode ter certeza que nada passa despercebido, mesmo que eu não fale sempre. Sua paciência e dedicação são coisas que fazem com que a minha vida se torne mais leve. Todas as vezes que você levanta mais cedo que eu para fazer o café e montar minha lancheira só para que eu consiga dormir mais trinta minutos, cada vez que você me protege de situações que eu nem

tinha percebido e por cada vez que você me escuta, enxuga minhas lágrimas e toma para si as minhas dores fazem com que o fardo desse mundo se torne menos pesado, sem você eu não teria conseguido chegar até aqui. Sou grata a Deus porque Ele te colocou na minha vida, pois através do seu amor, eu sinto o amor dEle por mim.

Agradeço também a todos os meus amigos que fizeram parte da minha jornada, em especial a Priscila Dornelas e a Manuella Caroline, que foram peças essenciais para o meu crescimento como ser humano, uma que marcou o início do meu ensino médio e outra que marcou o início da graduação. Meninas, sempre serei grata por todo o acolhimento, toda palavra de conforto, e por toda a ajuda que vocês me deram. Sem vocês eu não teria conseguido passar bem pelo Ensino Médio e nem pela Universidade, vocês foram meu suporte nessa jornada e eu sei o quanto eu precisava de um suporte. Sempre serei grata pelas suas vidas pois vocês deram significada para a minha.

Por fim, agradeço a todos que fizeram parte desta jornada acadêmica dentro da Universidade. Agradeço aos meus professores, que me acolheram, me apoiaram em momentos de dificuldades e não me deixaram desistir. Agradeço porque foi através deles que pude vivenciar inteiramente a experiência da graduação com muitas trocas e conhecimentos compartilhados sempre com todo carinho e paciência. Agradeço especialmente à minha orientadora, Elaine Müller, que esteve comigo desde o início dessa jornada através do projeto de pesquisa dos Saberes e Práticas das Parteiras Tradicionais do Brasil, foi uma experiência enriquecedora, eu não poderia ter outra orientadora. Por fim, agradeço por ter tanto para agradecer. Muito obrigada!

“Já que sou, o jeito é ser”.

Clarice Lispector (1998)

RESUMO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neuropsiquiátrica complexa que impacta a comunicação, a interação social e o comportamento. Este trabalho tem como objetivo explorar a história e a evolução do autismo, destacando a importância de abordagens inclusivas e a necessidade de políticas públicas que promovam a conscientização e a acessibilidade, especialmente em museus. A pesquisa aborda a conceituação inicial do autismo, sua heterogeneidade nas manifestações e os desafios enfrentados por indivíduos autistas em ambientes educacionais e profissionais. Além disso, discute o papel dos museus como espaços de inclusão social, onde narrativas históricas podem ser resgatadas e a diversidade valorizada. Por fim, enfatiza a luta pela visibilidade e pelos direitos das pessoas autistas como uma questão de direitos humanos, ressaltando a importância de uma abordagem respeitosa e inclusiva em relação ao autismo.

Palavras-chave: Autismo, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Neurodiversidade, Inclusão, Educação, Museus, Políticas Públicas, Conscientização.

ABSTRACT

Autism Spectrum Disorder (ASD) is a complex neuropsychiatric condition that affects communication, social interaction, and behavior. This study aims to explore the history and evolution of autism, emphasizing the importance of inclusive approaches and the need for public policies that promote awareness and accessibility, particularly in museums. The research discusses the initial conceptualization of autism, its heterogeneity in manifestations, and the challenges faced by autistic individuals in educational and professional settings. Additionally, it examines the role of museums as spaces for social inclusion, where historical narratives can be reclaimed and diversity celebrated. Finally, it highlights the fight for visibility and rights of autistic individuals as a human rights issue, underscoring the importance of a respectful and inclusive approach to autism.

Keywords: Autism, Autism Spectrum Disorder (ASD), Neurodiversity, Inclusion, Education, Museums, Public Policies, Awareness.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO I: História e evolução do autismo: uma visão abrangente	16
2.1 Da viena nazista para espaços museais	21
3 CAPÍTULO II: Museus como vias de ressignificação de histórias	28
3.1 Ressignificação de histórias como agente transformador	34
4 CAPÍTULO III: Museus comunitários e seu potencial para ressignificar	39
4.1 Conceituação dos museus comunitários	45
4.2 O autismo no contexto do sentimento de pertencimento e dos museus comunitários	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	58

1. INTRODUÇÃO

O autismo, reconhecido como Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição neuropsiquiátrica complexa que afeta a comunicação, a interação social e o comportamento. Sua complexidade e diversidade de manifestações têm gerado um crescente interesse acadêmico e social, refletindo a necessidade de uma compreensão mais profunda sobre suas origens, características e implicações. Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo explorar a história e a evolução do autismo, destacando a importância de abordagens inclusivas e a necessidade de políticas públicas que promovam a conscientização e a acessibilidade para indivíduos no espectro autista, principalmente dentro de espaços museais e museus comunitários.

A trajetória do autismo é marcada por descobertas científicas e mudanças sociais significativas. Desde suas primeiras descrições na década de 1940, quando Leo Kanner (1943) e Hans Asperger (1944) introduziram conceitos fundamentais que ainda influenciam a pesquisa atual, até os avanços contemporâneos na pesquisa e na prática clínica, o entendimento sobre o TEA tem evoluído de uma visão patologizante para uma perspectiva que valoriza a neurodiversidade. Segundo Amaral e Dawson (2017), a heterogeneidade das manifestações do autismo varia de indivíduos com habilidades intelectuais e comunicativas limitadas a aqueles com talentos excepcionais, desafiando categorização simplista e exigindo uma abordagem mais individualizada e respeitosa. A variabilidade no espectro autista reflete uma interação complexa entre fatores genéticos, ambientais e neurobiológicos (AMARAL; DAWSON, 2017).

Nos anos recentes, a compreensão do autismo se expandiu para incluir não apenas os aspectos clínicos, mas também as vivências e desafios enfrentados por pessoas autistas em suas interações diárias. Isso implica reconhecer que o autismo não é apenas uma condição a ser tratada, mas uma forma válida de experiência humana que merece ser respeitada e valorizada. Nesse contexto, a inclusão de pessoas autistas na sociedade é um tema central na discussão contemporânea sobre o autismo. Apesar dos avanços nas políticas de inclusão, muitos indivíduos

ainda enfrentam barreiras significativas em ambientes educacionais e profissionais. A falta de compreensão e aceitação das diferenças neurocognitivas perpetua estigmas e exclusões, resultando em dificuldades na interação social e no desenvolvimento de habilidades essenciais. Segundo a Organização Mundial da Saúde (2021), aproximadamente 1 em cada 100 crianças em todo o mundo é diagnosticada com autismo, evidenciando a necessidade urgente de políticas públicas que garantam a inclusão e o suporte adequados.

O impacto do autismo na vida das pessoas vai além das dificuldades. Muitas pessoas autistas possuem habilidades e talentos únicos que podem ser aproveitados em diversos contextos, como a arte, a ciência e a tecnologia. A valorização dessas habilidades é crucial para promover uma imagem positiva do autismo e para incentivar a inclusão em ambientes que reconheçam e celebrem a diversidade. Portanto, é fundamental que este trabalho aborde não apenas a história do autismo, mas também as estratégias de inclusão e as práticas que podem ser implementadas para garantir que as pessoas autistas tenham acesso a oportunidades equitativas. A educação é um pilar fundamental para a inclusão de pessoas autistas. A formação de professores e educadores sobre as particularidades do TEA é essencial para criar ambientes de aprendizado que respeitem e valorizem as diferenças. A implementação de currículos adaptados e a utilização de métodos de ensino que considerem as necessidades específicas dos alunos autistas são práticas que podem fazer a diferença na vida dessas crianças e jovens.

Além disso, a importância dos museus como espaços de memória e inclusão social será discutida neste trabalho. Os museus, ao resgatar narrativas históricas e promover a conscientização sobre o autismo, podem desempenhar um papel crucial na transformação social e na valorização da diversidade. De acordo com Chagas (2009), os museus têm o potencial de problematizar memórias difíceis, oferecendo um espaço de reflexão crítica e transformação social. Através de exposições que abordem a história do autismo e as lutas enfrentadas por indivíduos no espectro, os museus podem contribuir para a construção de um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

Por fim, este trabalho busca refletir sobre como a história do autismo e as experiências vividas por pessoas autistas podem ser ressignificadas em contextos contemporâneos. A partir de uma abordagem crítica e reflexiva, pretende-se fomentar o debate sobre a inclusão, a diversidade e os direitos das pessoas autistas, contribuindo para uma sociedade mais justa e equitativa. A luta pela visibilidade e pelos direitos das pessoas autistas é uma questão de direitos humanos, e a promoção de uma cultura de aceitação e inclusão é um passo fundamental para a construção de um futuro mais inclusivo.

2. CAPÍTULO I: História e evolução do autismo: uma visão abrangente.

O autismo tem passado por uma história de descobertas, mudanças em seus conceitos e avanços significativos em vários campos como a medicina, a psicologia, as ciências sociais, a museologia e entre outros. Atualmente, existem muitas abordagens diferentes para a conceituação do autismo, diversos estudiosos do caso trazem suas visões, experiências e perspectivas sobre o que é, de onde vem e o que causa esse impasse no neurodesenvolvimento. Neste capítulo, será abordada a jornada do autismo desde suas primeiras descrições até os desenvolvimentos contemporâneos, abordando definição, origens, conceituação, pesquisa, conscientização social e acessibilidade.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição complexa que afeta o desenvolvimento neurológico e se manifesta, principalmente, por alterações na comunicação, interação social e comportamento. Sua apresentação varia amplamente entre indivíduos, abrangendo desde pessoas com habilidades intelectuais e comunicativas limitadas até aquelas com inteligência e linguagem avançadas, mas que ainda enfrentam desafios sociais e sensoriais (DSM-5, 2014)¹. Segundo Amaral e Dawson (2017), o TEA apresenta uma ampla heterogeneidade em termos de manifestações, essa variação é a razão pela qual se utiliza o termo "espectro" e é um dos principais desafios na compreensão do TEA e muito embora essa heterogeneidade represente a diversidade de apresentações clínicas, essa variabilidade também torna difícil categorizar os indivíduos de forma uniforme. Pois, segundo Happe e Frith (2020), a heterogeneidade do espectro autista é influenciada por fatores genéticos, ambientais e também neurobiológicos.

"A variabilidade no espectro autista não é apenas uma questão de intensidade de sintomas; ela reflete uma interação complexa entre fatores internos e externos que

¹ A DSM-5 (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, 5ª edição) é um manual publicado pela American Psychiatric Association (APA) que serve como referência para o diagnóstico de transtornos mentais. A edição de 2014 refere-se a uma versão revisada da DSM-5 original, lançada em 2013, que trouxe mudanças significativas na categorização e nos critérios de diagnóstico de diversos transtornos. A DSM-5 foi amplamente utilizada por profissionais de saúde mental, pesquisadores e instituições para o diagnóstico e tratamento de transtornos psiquiátricos. No entanto, também gerou debates, principalmente sobre a ampliação de critérios diagnósticos e os impactos na medicalização da sociedade.

moldam o desenvolvimento de cada indivíduo" (HAPPE; FRITH, 2020, p. 15).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o autismo afeta aproximadamente 1 em cada 100 crianças em todo o mundo (OMS, 2021). Essa prevalência, somada ao aumento do diagnóstico nas últimas décadas, aponta para a necessidade de maior compreensão e inclusão das pessoas no espectro. De acordo com Volkmar e Paul (2014), o TEA é frequentemente percebido antes dos três anos de idade, quando os pais notam atrasos no desenvolvimento da fala, comportamentos repetitivos ou desinteresse por interações sociais. Além disso, características como aversão a mudanças na rotina e respostas sensoriais atípicas, como reações intensas a sons ou texturas, são comuns.

As dificuldades na interação social e na comunicação são centrais no diagnóstico do TEA. Segundo Lord et al. (2000), crianças no espectro podem apresentar pouca reciprocidade social, como dificuldade em manter contato visual, interpretar gestos ou compreender expressões faciais. Podem apresentar também atrasos na fala ou uso de linguagem de maneira incomum, como ecolalia (repetição de palavras ou frases), essas são algumas características frequentemente observadas. Além disso, a comunicação não verbal também é impactada. Algumas crianças podem demonstrar dificuldades em compreender o contexto social de uma situação ou manter uma conversa fluida. De acordo com Amaral e Dawson (2017):

"Os déficits comunicativos no autismo refletem não apenas questões de fala, mas também a ausência de compreensão dos aspectos implícitos da linguagem e da interação social" (p. 54).

Outro aspecto essencial do TEA é a presença de padrões comportamentais restritivos e repetitivos. Esses comportamentos podem incluir alinhamento obsessivo de objetos, movimentações repetitivas, como balançar as mãos, e interesses restritos em tópicos específicos (DSM-5, 2014). Embora tais características possam parecer limitantes, algumas delas, como o hiperfoco em áreas de interesse, são descritas como potencialidades em ambientes estruturados. De acordo com Baron-Cohen (2008), a tendência à hiper sistematização, ou a

habilidade de perceber e criar padrões lógicos, pode ser uma vantagem em campos como matemática, música e tecnologia.

Muitas pessoas no espectro autista demonstram respostas sensoriais atípicas. Algumas podem ser hipersensíveis a sons, luzes ou texturas, enquanto outras apresentam hipossensibilidade, necessitando de estímulos intensos para registrar sensações. Segundo Robertson e Baron-Cohen (2017), esses padrões sensoriais afetam significativamente a experiência do indivíduo no ambiente cotidiano, resultando em desafios, como aversão a lugares barulhentos, mas também apontam para a necessidade de ambientes adaptativos. Conforme explica Minshew e Williams (2007), "compreender as respostas sensoriais do indivíduo é essencial para desenvolver estratégias de apoio eficazes" (p. 94).

O desenvolvimento cognitivo em indivíduos com TEA é extremamente variável, podendo apresentar déficits, habilidades na média ou mesmo super desempenho em áreas específicas. Cerca de 40% das pessoas no espectro têm algum nível de deficiência intelectual, enquanto outras demonstram habilidades excepcionais, como memória avançada, cálculo rápido ou um entendimento profundo em temas de interesse restrito (AMARAL; DAWSON, 2017).

Conforme explica Mottron et al. (2011), "o perfil cognitivo no autismo pode ser definido por habilidades específicas que contrastam com as dificuldades em tarefas mais globais ou abstratas" (p. 881). Por exemplo, muitos indivíduos com TEA possuem habilidades visuais e espaciais notáveis, o que pode facilitar o aprendizado em áreas que dependem dessas capacidades, como design e programação. Entretanto, as dificuldades em generalizar conceitos ou transferir aprendizados para diferentes contextos são frequentes. Isso reflete um estilo cognitivo mais detalhista e segmentado, que dificulta a construção de conceitos amplos (BOSA, 2006). O reconhecimento dessa diversidade é essencial para incentivar o desenvolvimento em intervenções personalizadas, que considerem as necessidades e habilidades de cada pessoa.

Devido a todas essas dificuldades enfrentadas pelo indivíduo atípico, o dia a dia acaba se tornando ainda mais difícil, pois suas dificuldades sociais acarretam uma série de problemas que o impedem de se inserir na sociedade, visto que a

população, apesar de estar cada vez mais próxima de pessoas autistas e do conceito do autismo, ainda não entendem de fato o que é ser autista e como lidar com essa diferença, causando uma barreira para pessoas que precisam apenas do acolhimento correto. Por exemplo, na escola, as pessoas autistas frequentemente enfrentam desafios significativos devido à falta de compreensão sobre suas necessidades específicas. Pois, embora existam leis que promovem a inclusão, muitas instituições não estão preparadas para atender alunos no espectro do autismo de forma eficaz.

Nesse sentido, a ausência de adaptações curriculares e de profissionais capacitados pode levar à exclusão sutil, na qual o aluno é fisicamente incluído na sala de aula, mas não recebe o suporte necessário para participar ativamente do processo de aprendizado. Além disso, comportamentos incompreendidos, como dificuldade em lidar com mudanças na rotina ou crises sensoriais, são frequentemente interpretados como "desobediência", o que pode causar estigmatização e prejudicar a autoestima do aluno.

Para além da escola e saindo da infância, os desafios enfrentados por estudantes autistas nas universidades são múltiplos e refletem uma combinação de barreiras acadêmicas, sociais e estruturais. A transição do ensino médio para o ensino superior já é um período desafiador para muitos, mas para indivíduos no espectro autista, essa mudança pode ser ainda mais complexa devido à falta de suporte adequado. Universidades, em geral, não estão preparadas para atender às especificidades do TEA, oferecendo poucas adaptações pedagógicas ou estratégias que contemplem a diversidade cognitiva. A sobrecarga sensorial em salas de aula lotadas, bibliotecas ruidosas ou ambientes sociais intensos pode ser exaustiva, dificultando o desempenho acadêmico e a integração ao ambiente universitário. Além disso, as demandas sociais implícitas, como trabalho em grupo, interações com professores e participação em atividades extracurriculares, podem gerar ansiedade significativa para muitos autistas, especialmente para aqueles com dificuldades na comunicação verbal ou com regras sociais implícitas.

Outro aspecto crítico é o preconceito ou a falta de conscientização por parte de colegas e professores, que muitas vezes interpretam características autistas, como dificuldade em manter contato visual ou rigidez de pensamento, como

desinteresse ou falta de engajamento. A ausência de serviços de suporte psicológico e de orientação profissional específicos também agrava a situação, deixando muitos estudantes autistas sem recursos para lidar com o estresse acadêmico e as pressões sociais. Por fim, diagnósticos tardios podem levar à ausência de acomodações formais, como prazos estendidos ou ajustes curriculares, perpetuando a exclusão e comprometendo a permanência e o sucesso desses alunos no ensino superior.

No ambiente profissional, as barreiras enfrentadas por pessoas autistas são igualmente preocupantes. Embora muitos indivíduos no espectro possuam habilidades excepcionais, como atenção aos detalhes e capacidade de resolver problemas complexos, a falta de compreensão sobre o TEA limita suas oportunidades de emprego. Recrutadores podem interpretar dificuldades em entrevistas ou desafios sociais como falta de qualificação ou inadequação. No trabalho, a ausência de adaptações simples, como ambientes com menos estímulos sensoriais ou tarefas bem definidas, pode dificultar a permanência e o progresso do funcionário autista. Isso contribui para altas taxas de desemprego entre pessoas no espectro, limitando sua independência financeira e participação na sociedade.

As dificuldades enfrentadas por pessoas autistas também se refletem em suas dinâmicas familiares. Famílias de pessoas com TEA frequentemente enfrentam altos níveis de estresse devido às demandas associadas ao cuidado e à falta de apoio social e institucional. Pais podem ter dificuldade em lidar com os comportamentos atípicos ou em encontrar serviços especializados. Além disso, a sobrecarga emocional e financeira pode gerar conflitos entre os membros da família, afetando o bem-estar coletivo. Irmãos de pessoas autistas, embora muitas vezes desenvolvam grande empatia, também podem sentir-se negligenciados, especialmente em famílias com recursos limitados.

O diagnóstico tardio é outro problema recorrente, especialmente entre indivíduos com traços mais sutis do espectro ou entre grupos como mulheres e minorias, cujos sintomas podem se manifestar de maneira atípica. Muitas vezes, essas pessoas passam a maior parte da vida sem entender por que enfrentam dificuldades sociais e sensoriais, o que pode levar a sentimentos de inadequação e ao desenvolvimento de comorbidades, como ansiedade e depressão. A ausência de

um diagnóstico precoce priva essas pessoas de intervenções adequadas e impede que suas famílias recebam orientações para lidar com suas necessidades. Além disso, o diagnóstico tardio frequentemente atrasa a introdução de adaptações no ambiente escolar ou profissional, perpetuando ciclos de exclusão e sofrimento emocional.

Esses desafios sublinham a importância de políticas públicas eficazes, maior conscientização social e o desenvolvimento de estratégias de suporte personalizadas. A inclusão efetiva de pessoas autistas na sociedade começa com a compreensão de suas necessidades e potencialidades, promovendo o respeito e a valorização da neurodiversidade. Pois, apesar do avanço no conhecimento científico, as pessoas com TEA ainda enfrentam barreiras significativas na sociedade. A falta de informação e a persistência de estigmas contribuem para a exclusão social, especialmente em contextos educacionais e profissionais. Muitos autistas relatam dificuldades em estabelecer conexões sociais, uma característica central do transtorno, o que pode levar a isolamento e marginalização. Segundo Mello e Rivka (2019), as políticas de inclusão escolar ainda são insuficientes para atender às necessidades específicas dos indivíduos no espectro, prejudicando não apenas o desempenho acadêmico, mas também a construção de uma autoestima saudável.

Estudos recentes têm buscado estratégias para mitigar essas dificuldades, focando na adaptação do ambiente e no fortalecimento de habilidades sociais e comunicativas. Intervenções como a Análise do Comportamento Aplicada (ABA) e o Modelo Denver de Intervenção Precoce (ESDM) demonstraram eficácia em promover o desenvolvimento de crianças com TEA, enquanto o uso de tecnologias assistivas tem facilitado a comunicação e a integração social. Paralelamente, iniciativas de conscientização pública e mudanças nas políticas inclusivas são fundamentais para reduzir o preconceito e garantir direitos iguais. O reconhecimento de que a diversidade neurocognitiva é um componente essencial da humanidade é um passo crucial para construir uma sociedade mais inclusiva, onde as pessoas autistas possam viver com dignidade e alcançar seu pleno potencial.

2.1 Da viena nazista para espaços museais

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) trouxe à tona uma série de políticas de exclusão e normatização, que impactaram diretamente grupos considerados "fora da norma" pelo regime nazista, entre eles pessoas com deficiências físicas, intelectuais e, possivelmente, autistas. Ainda que o conceito de autismo estivesse em seus primórdios, a obra de Hans Asperger²² (1906-1980), médico austríaco que estudou crianças com características autísticas, acabou se entrelaçando com o contexto da eugenia nazista, o que gerou dilemas éticos e históricos duradouros.

Durante o regime nazista, crianças autistas e outras com deficiências foram sistematicamente desumanizadas, vistas como "vidas indignas de serem vividas" e vítimas de políticas eugenistas que buscavam eliminar a diversidade humana. Edith Sheffer (2018) demonstra como Hans Asperger, embora tenha contribuído para os primeiros estudos sobre autismo, também estava alinhado, em alguma medida, às ideologias do regime, participando da catalogação de crianças para os programas de "eutanásia". Esse passado sombrio evidencia a necessidade de ressignificar o autismo, rompendo com as raízes históricas de exclusão e violência. Pois, a exclusão das pessoas autistas durante esse período não apenas revelou o desprezo pela diversidade neurodivergente, mas também deixou marcas profundas na história da humanidade. A marginalização institucionalizada contribuiu para a perpetuação do estigma e para a ausência de políticas inclusivas nas décadas subsequentes. Essa invisibilidade histórica levanta questões sobre a responsabilidade coletiva em reconhecer e reparar as violências sofridas.

A exemplo disso, se tem a história de Helene Melanie Lebel, vítima do programa nazista Aktion T4, que foi uma mulher austríaca nascida em 1911, filha de um advogado e de uma dona de casa. Durante sua juventude, levou uma vida normal até começar a manifestar sintomas de esquizofrenia por volta dos 18 anos. Sua condição resultou em sua internação forçada em uma instituição psiquiátrica, onde sua família acreditava que receberia tratamento adequado (FRIEDLANDER,

² **Hans Asperger** foi um médico austríaco que, durante o regime nazista, utilizou a categorização de crianças com traços autistas para fins políticos e eugenistas. Ele identificava habilidades cognitivas específicas em alguns indivíduos, classificando-os como "úteis" ao Estado, enquanto outros, considerados com deficiências mais severas, eram encaminhados a programas de extermínio. Essa distinção criou, por décadas, uma divisão dentro do espectro autista, privilegiando aqueles com habilidades valorizadas socialmente e invisibilizando ou condenando os demais. Mesmo após a retirada oficial do termo "Síndrome de Asperger", muitos indivíduos com autismo nível 1 de suporte ainda carregam, sem saber, a herança de uma categorização forjada sob critérios de produtividade e exclusão (SHEFFER, 2018)

1995). No entanto, sua internação ocorreu em um contexto de crescente perseguição contra pessoas com deficiência e transtornos mentais, pois o regime nazista considerava essas condições um ônus para a sociedade. Com o início do programa Aktion T4, em 1939, que tinha como objetivo a eliminação sistemática de pessoas com deficiência sob a justificativa de "purificação racial" e "higiene social", Helene foi marcada para execução.

O programa Aktion T4 foi conduzido com o apoio de médicos e administradores hospitalares que selecionavam pacientes considerados "incuráveis" ou "improdutivos" (BURLEIGH, 1994). Assim, Helene foi transferida do hospital psiquiátrico onde estava internada para um dos centros de extermínio, onde foi assassinada por meio de asfixia em uma câmara de gás, método que posteriormente seria ampliado para os campos de concentração. Sua morte reflete o extremo da intolerância e da discriminação contra indivíduos neurodivergentes e com deficiência durante o regime nazista, tornando-se um exemplo trágico da perseguição sistemática imposta pelo Estado.

O destino de Helene Lebel e de milhares de outras vítimas do Aktion T4 demonstra o perigo de ideologias baseadas na eugenia e na exclusão social de pessoas com deficiência. O reconhecimento de sua história e das atrocidades cometidas contra essa população tem sido fundamental para a construção de políticas de inclusão e respeito à diversidade neurocognitiva nas sociedades contemporâneas. A memória de Helene serve como um alerta para os riscos da desumanização de indivíduos com deficiência e para a necessidade contínua de garantir seus direitos e dignidade.

Michel Foucault (1926-1984), em obras como *Vigiar e Punir* e *História da Loucura*, aborda os dispositivos de controle social que classificam e segregam corpos e mentes. O conceito de "biopoder"³ é particularmente relevante para

³ O conceito de biopoder, desenvolvido por Michel Foucault, refere-se a uma forma de poder que incide sobre a vida dos indivíduos e das populações, regulando seus corpos e comportamentos por meio de mecanismos disciplinares e de controle normativo. Diferentemente das formas tradicionais de poder soberano, que se manifestavam pela capacidade de tirar a vida (o famoso *fazer morrer ou deixar viver*), o biopoder opera no sentido inverso, buscando *fazer viver e deixar morrer*, ou seja, promovendo a gestão e a otimização da vida, especialmente no contexto das sociedades modernas. Esse poder se manifesta em duas dimensões principais: a disciplina do corpo individual, por meio de instituições como escolas, prisões, fábricas e hospitais, e a regulação das populações, por meio de políticas sanitárias, demográficas e econômicas. Assim, o biopoder torna-se essencial para a consolidação do que Foucault chama de biopolítica, ou seja, a governamentalidade voltada para a

compreender como o Estado, durante a Segunda Guerra, utilizou práticas de exclusão para moldar a "população ideal". Nesse cenário, as pessoas autistas, cuja condição era pouco compreendida, frequentemente se tornavam vítimas da institucionalização compulsória, negligência médica e, em casos extremos, do programa de extermínio Aktion T4⁴, que visava eliminar aqueles considerados "improdutivos" para a sociedade. Os nazistas justificavam o Aktion T4 com base na pseudociência da eugenia, argumentando que eliminar pessoas com deficiência reduziria os "custos" para o Estado e fortaleceria a "raça ariana". O programa começou com a esterilização forçada e evoluiu para execuções sistemáticas, que ocorriam principalmente em hospitais psiquiátricos e centros de eutanásia. Os métodos utilizados incluíam câmaras de gás, injeções letais e privação de alimentos, muitas vezes disfarçados como tratamentos médicos.

Nesse sentido, durante grande parte do século XX, é possível entender que indivíduos autistas eram frequentemente feridos nos mais diversos sentidos e isso inclui o fato de serem internados em instituições psiquiátricas, muitas vezes devido à falta de compreensão sobre o Transtorno e à ausência de diagnósticos claros. Pois, naquele período, o autismo era frequentemente confundido com esquizofrenia ou outros transtornos psicóticos, levando a tratamentos inadequados e, muitas vezes, desumanos. Esses indivíduos eram vistos como incapazes de integrar-se à sociedade e considerados "irrecuperáveis", sendo isolados em hospitais psiquiátricos sem oportunidades de desenvolvimento. Como descrevem Hacking (1999) e Schwartzman (2012), o estigma associado ao autismo refletia a visão predominante de que pessoas com comportamentos atípicos não poderiam contribuir para a sociedade. Nessas instituições, as intervenções terapêuticas eram raras ou inexistentes, sendo substituídas por métodos punitivos ou medicamentos que apenas sedavam os pacientes, reforçando ainda mais sua exclusão.

Foi apenas a partir dos anos 1970, com o avanço das pesquisas sobre neurodesenvolvimento e a popularização das ideias de Leo Kanner e Hans

administração da vida em nível coletivo, sendo um elemento fundamental para compreender as formas contemporâneas de controle social (FOUCAULT, 1976).

⁴ O Aktion T4 foi um programa de eutanásia forçada promovido pelo regime nazista entre 1939 e 1945, com o objetivo de eliminar pessoas com deficiências físicas e mentais, bem como outras condições que os nazistas consideravam um "fardo" para a sociedade. O nome "T4" vem da localização de seu quartel-general na Tiergartenstraße 4, em Berlim, onde a operação foi coordenada.

Asperger, que o autismo começou a ser reconhecido como uma condição distinta, levando ao desenvolvimento de abordagens mais humanizadas. O movimento de desinstitucionalização nas décadas de 1980 e 1990 também desempenhou um papel crucial na retirada de pessoas autistas dessas alas psiquiátricas, enfatizando a importância de serviços de suporte comunitário e intervenções baseadas em evidências. Hoje, o reconhecimento do potencial e dos direitos das pessoas autistas contrasta fortemente com o período de institucionalização, embora o impacto dessa história ainda seja percebido nas barreiras enfrentadas por essa população.

Apesar disso, o período em que pessoas autistas eram internadas em alas psiquiátricas acabou deixando marcas profundas e duradouras, cujos impactos ainda são percebidos tanto na vida dos indivíduos diretamente afetados quanto na visão social sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Essa prática, comum até meados do século XX, reforçou uma perspectiva de exclusão e desumanização, privando os autistas de oportunidades de desenvolver suas habilidades e de integrar-se à sociedade. Muitos dos indivíduos que passaram anos em instituições psiquiátricas sofreram com a ausência de estímulos adequados, o que agravou os déficits associados ao autismo e contribuiu para atrasos no desenvolvimento cognitivo, social e emocional. Além disso, o ambiente frequentemente abusivo dessas instituições, marcado por métodos coercitivos, negligência e isolamento, gerou traumas psicológicos profundos, resultando em altos níveis de ansiedade, depressão e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) em sobreviventes.

Outro impacto significativo foi o reforço do estigma social. Ao serem institucionalizados, os autistas eram vistos como incapazes de contribuir para a sociedade, o que perpetuava a ideia de que o autismo era uma condição exclusivamente incapacitante e irreversível. Como apontam Schwartzman (2012) e Silva e Cunha (2018), essa visão limitante dificultou a criação de políticas públicas inclusivas e atrasou o desenvolvimento de estratégias educacionais e terapêuticas específicas para atender a essa população. A segregação institucional também privou muitas famílias de estabelecer conexões afetivas plenas com seus parentes autistas, gerando sentimentos de culpa e solidão que reverberam até os dias atuais.

No campo científico, o foco quase exclusivo na institucionalização também atrasou o progresso na compreensão do autismo. Pesquisas voltadas para

intervenções precoces, que hoje são amplamente reconhecidas como eficazes, foram negligenciadas durante décadas. A própria definição do autismo como um espectro amplo e heterogêneo, com potenciais variados, demorou a ser amplamente aceita devido à predominância de estudos que associavam o TEA a casos severos observados em instituições psiquiátricas.

Esses impactos históricos reforçam a importância de compreender o autismo como uma condição que demanda suporte individualizado e respeito à neurodiversidade. O legado da institucionalização sublinha a necessidade de combater o estigma e de criar políticas inclusivas que priorizem o bem-estar e o potencial dos autistas. Conforme afirmam Amaral e Dawson (2017), o reconhecimento do impacto social e histórico das práticas de segregação é essencial para construir um futuro mais inclusivo, onde indivíduos autistas possam prosperar plenamente na sociedade.

Partindo desse ponto, os museus, como espaços de memória e educação, possuem um papel crucial na ressignificação das histórias de indivíduos e grupos marginalizados, incluindo as pessoas autistas. Essa função é amplificada quando se considera a trajetória histórica do autismo, que remonta a contextos de opressão, como a Viena nazista, explorada por Edith Sheffer em *Crianças de Asperger: As Origens do Autismo na Viena Nazista* (2018). Nesse cenário, os museus podem funcionar como agentes de conscientização, resgate histórico e valorização das narrativas autistas, conectando os desafios do passado às lutas contemporâneas por inclusão e reconhecimento. Como argumenta Mário Chagas em *Museus, Memórias e Movimentos Sociais* (2009), “os museus podem e devem assumir a função de problematizar memórias difíceis, oferecendo um espaço de reflexão crítica e de transformação social” (p. 42).

Sendo assim, os espaços museais, como lugares de poder simbólico, têm desempenhado papel crucial nesse processo. Sob a lente foucaultiana, pode-se analisar como essas instituições funcionam como “tecnologias de memória”, capazes de reproduzir ou questionar os discursos de exclusão. Narrativas recentes, como as realizadas no Museu do Holocausto em Curitiba, têm incluído as histórias de grupos negligenciados, resgatando os impactos do regime nazista sobre as pessoas com deficiências e condições neurodivergentes. Além disso, museus

dedicados a essas memórias, como os que tratam do Holocausto, podem não apenas lembrar essas atrocidades, mas também recontextualizar a narrativa sobre o autismo, destacando a luta contra a desumanização e os avanços em direção à inclusão. Como afirma Chagas (2009), “o museu pode ser um território insurgente, onde narrativas silenciadas encontram espaço para emergir e reconfigurar o presente” (p. 56).

Contudo, persiste o desafio de transitar entre a representação histórica e a inclusão efetiva. As iniciativas museológicas enfrentam críticas por, muitas vezes, tratarem essas histórias de maneira superficial, perpetuando um olhar assistencialista e é fundamental que o trabalho museológico evolua para uma abordagem que enfatize a autonomia e a resistência das pessoas autistas, promovendo reflexões sobre os modos contemporâneos de inclusão. Pois, ao resgatar a memória das pessoas autistas desde o seu início, que se deu durante a Segunda Guerra Mundial e os impactos dessa trajetória na história da humanidade, é possível observar a importância de reconstruir narrativas que rompam com os dispositivos de exclusão. Como Foucault sugere, é apenas ao problematizar as práticas de poder e os discursos de normalização que se pode criar novas formas de subjetivação e resistência, tanto no presente quanto no futuro.

3. CAPÍTULO II: Museus como vias de resignificação de histórias.

A história da museologia está intrinsecamente ligada à forma como as sociedades organizaram o saber e o patrimônio ao longo do tempo, sendo, por muitos séculos, marcada por práticas elitizadas e excludentes. Desde suas origens, os espaços museológicos funcionaram como instrumentos de poder simbólico, com acesso restrito a camadas sociais privilegiadas. Na Grécia Antiga, os *mouseion* — como o célebre Museu de Alexandria — eram centros de estudo voltados a filósofos e eruditos, sem qualquer compromisso com a democratização do conhecimento. Durante o Império Romano, coleções de objetos exóticos e artísticos eram mantidas por imperadores e aristocratas como símbolos de status e dominação cultural, ainda sem qualquer intenção de criar espaços públicos de acesso coletivo.

Esse padrão se manteve durante séculos, ganhando nova forma no Renascimento, quando surgiram as *câmaras de maravilhas* (*Wunderkammern*), gabinetes privados onde nobres e intelectuais acumulavam objetos raros e curiosos, vistos como representações do mundo e do conhecimento humano. Embora já houvesse um esforço classificatório, essas coleções ainda eram fechadas ao público, operando sob uma lógica de distinção social (POMIAN, 1990). A transformação mais significativa só começou a ocorrer com o advento do Iluminismo e o fortalecimento dos Estados-nação, quando a museologia passou a ser usada como instrumento de formação da identidade nacional. A criação do Museu do Louvre, em 1793, durante a Revolução Francesa, marca esse momento de transição: um antigo palácio real foi convertido em espaço público, simbolizando a abertura dos acervos antes restritos à elite para a população.

Apesar desse avanço, a museologia do século XIX e início do XX continuou sendo dominada por uma lógica eurocêntrica, cientificista e colonial. Museus como o Museu Britânico (1753) foram estruturados para classificar e ordenar o mundo a partir de uma visão ocidental e hegemônica, muitas vezes alimentada pela pilhagem de bens culturais em territórios colonizados. A Revolução Industrial também reforçou esse modelo, dando origem a museus técnicos e científicos que celebravam o progresso e a racionalidade, relegando a experiência do visitante a uma posição passiva, como receptor de conteúdos previamente determinados por especialistas (HOOPER-GREENHILL, 1992). Assim, por muito tempo, a museologia

permaneceu enraizada em uma estrutura verticalizada, na qual o conhecimento era produzido e controlado por uma minoria letrada, afastando-se das realidades, saberes e vivências populares. Pois, a museologia desse período baseava-se em um modelo expositivo didático e hierárquico, no qual o público era visto como um espectador passivo, e os museus eram concebidos como instituições de autoridade, responsáveis por educar e civilizar a sociedade (HOOPER-GREENHILL, 1992).

No século XX, com as mudanças sociais e políticas decorrentes das guerras mundiais, da descolonização e do avanço das ciências sociais, a concepção tradicional de museu passou a ser questionada. As críticas ao eurocentrismo, à exclusão de grupos marginalizados e à rigidez expositiva levaram ao surgimento de novas abordagens, como a Nova Museologia, que propunha um museu mais aberto, participativo e voltado para a comunidade. Esse movimento ganhou força nos anos 1970, com a criação do conceito de ecomuseu por Hugues de Varine e Georges Henri Rivière, defendendo a ideia de um museu descentralizado e integrado ao território, onde a população local desempenha um papel ativo na construção das narrativas. Paralelamente, surgiram museus comunitários, que enfatizam a valorização das memórias coletivas e dos patrimônios imateriais, em contraposição ao modelo tradicional baseado na acumulação de objetos. Essas transformações foram acompanhadas pela ampliação da noção de patrimônio, que passou a incluir não apenas bens materiais, mas também manifestações culturais e sociais. No Brasil, esse processo foi impulsionado pela Museologia Social, que tem como referência a *Declaração de Santiago do Chile* (1972), a qual estabelece que os museus devem atuar como agentes de mudança social e desenvolvimento comunitário (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

Atualmente, os museus continuam a evoluir para atender às demandas de uma sociedade globalizada e digitalizada. A incorporação de novas tecnologias, como exposições interativas, realidade aumentada e inteligência artificial, tem possibilitado experiências mais imersivas e acessíveis, ampliando o alcance dessas instituições. Além disso, os debates sobre decolonialidade e representatividade têm levado muitos museus a revisar suas coleções e práticas curatoriais, promovendo a devolução de artefatos saqueados e a inclusão de narrativas antes silenciadas. No Brasil, o Museu da Maré e o Museu das Remoções são exemplos de espaços que

adotam abordagens críticas e participativas, rompendo com o modelo tradicional e dando voz a comunidades historicamente marginalizadas. O conceito contemporâneo de museu não se restringe mais a edifícios e coleções, mas se expande para abranger redes de memória e experiências coletivas, consolidando-se como um espaço de resistência, diálogo e construção social. Dessa forma, a museologia atual reafirma o papel dos museus não apenas como guardiões do passado, mas também como agentes ativos na construção do futuro (CHAGAS, 2007; BRUNO, 1999).

As necessidades primárias dos museus ao longo da história variaram conforme seu contexto sociocultural, mas, de maneira geral, podem ser sintetizadas na preservação, pesquisa, documentação, exposição e interpretação de objetos de valor histórico, artístico, científico e cultural. No século XIX, com o advento da Revolução Industrial e o fortalecimento dos Estados-nação, os museus passaram a desempenhar um papel crucial na construção das identidades nacionais, sendo utilizados como instrumentos de legitimação política e cultural. No entanto, essa concepção positivista e eurocêntrica gerou muitas críticas, visto que os museus muitas vezes se apropriaram de artefatos de povos colonizados, perpetuando narrativas hegemônicas e invisibilizando culturas marginalizadas. Ao longo do século XX, especialmente a partir da segunda metade, movimentos museológicos passaram a contestar essa estrutura, propondo modelos mais democráticos e participativos. A chamada “Nova Museologia”, defendia um museu mais engajado com as comunidades e suas realidades sociais, rompendo com a noção de um espaço exclusivamente contemplativo e acadêmico para se tornar um agente ativo na sociedade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

A Nova Museologia, conforme proposta por André Desvallées e François Mairesse, insere-se em um movimento crítico e reformador, questionando a tradicional concepção de museus como instituições voltadas apenas à conservação e exibição de objetos. O cerne desse novo paradigma reside na ampliação do papel dos museus para além da materialidade dos acervos, enfatizando sua função social e sua capacidade de interagir com as comunidades. Essa perspectiva alinha-se com os princípios estabelecidos pela *Declaración de Santiago de Chile* (1972), documento fundamental para a Museologia Social na América Latina, que já

defendia um museu comprometido com a transformação social e a participação ativa das comunidades. Desvallées e Mairesse (2010), em Conceitos-chave de Museologia, consolidam essas ideias ao enfatizar a necessidade de os museus se adaptarem às dinâmicas socioculturais contemporâneas, promovendo narrativas mais inclusivas e dialógicas, ao invés de apenas reproduzirem discursos institucionalizados e eurocêtricos.

A Nova Museologia propõe uma ruptura com a abordagem tradicional, que via o museu como um espaço elitizado e distante do público. Em vez disso, sugere que os museus adotem um modelo interdisciplinar e participativo, onde as comunidades tenham um papel central na curadoria e interpretação dos acervos. Essa perspectiva deu origem a experiências inovadoras, como os ecomuseus e museus comunitários, que se afastam da concepção de museu como um edifício fixo e institucionalizado, tornando-se espaços descentralizados que valorizam o patrimônio imaterial e a memória coletiva. Um exemplo emblemático dessa abordagem é o conceito de "museu integral", desenvolvido pelo museólogo francês Hugues de Varine, no qual o museu se estende para o território e se torna um meio de empoderamento social. Desvallées e Mairesse reforçam essa ideia ao argumentarem que a museologia contemporânea deve priorizar não apenas a salvaguarda dos bens culturais, mas também sua contextualização dentro das realidades políticas e sociais, promovendo a democratização do conhecimento e o protagonismo de grupos historicamente marginalizados (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

Nos dias atuais, a Nova Museologia continua sendo uma referência essencial para a renovação dos espaços museológicos, sobretudo no contexto latino-americano e africano, onde as desigualdades sociais e os processos de colonização demandam novas abordagens na preservação da memória. Museus como o Muquifo - Museu dos Quilombos e Favelas Urbanos, o Museu da Parteira e o Museu Comunitário Poço Comprido, no Brasil, exemplificam essa prática ao adotarem metodologias participativas e ao enfatizarem narrativas que desafiam versões hegemônicas da história. Desvallées e Mairesse apontam que a museologia contemporânea deve se manter aberta às transformações tecnológicas e comunicacionais, utilizando novas ferramentas digitais para ampliar o acesso e

promover experiências museológicas mais interativas. Assim, a Nova Museologia não apenas redefine o papel dos museus, mas também reforça seu compromisso com a justiça social, a diversidade cultural e a construção coletiva da memória, tornando-os espaços de resistência e transformação (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

Partindo desse ponto, é possível entender que atualmente, os museus se consolidam como espaços de resistência e ressignificação da memória, assumindo um papel crítico diante das narrativas oficiais e proporcionando novas leituras do passado. O conceito de “museu decolonial” tem ganhado força, promovendo a revisão de acervos, a devolução de artefatos saqueados e o protagonismo de grupos historicamente silenciados, como povos indígenas e afrodescendentes. Além disso, os museus passaram a se adaptar às novas tecnologias e às transformações socioculturais contemporâneas, incorporando narrativas interativas e digitais para ampliar o acesso ao público. Assim, o museu contemporâneo não apenas preserva objetos, mas também se torna um espaço de diálogo, contestação e construção ativa da história, reafirmando sua relevância no contexto da sociedade globalizada (CHAGAS, 2007; BRUNO, 1999).

A partir desse debate é possível notar que essa discussão pode se estender para as mais diversas comunidades que foram marginalizadas ao longo da história, incluindo a comunidade autista, que se viu sendo morta, torturada, servindo como base para experimentos sociais e que apesar de os estudos sobre o autismo e tudo o que o envolve estarem ganhando cada vez mais embasamento e se tornando cada vez mais forte, essa comunidade ainda se vê desamparada, sendo socialmente excluída e estereotipada, o que reforça a necessidade de se falar sobre o assunto e lutar por essa causa, o que abre portas para esse debate que vai além da psicologia e das pesquisas acadêmicas, mas também para os debates sobre pertencimento em diversas áreas, inclusive dentro dos espaços museais.

Nesse sentido, a adaptação dos museus para contar narrativas de uma comunidade autista, sob a ótica da Nova Museologia, exige um reposicionamento dessas instituições como espaços inclusivos, acessíveis e cocriados pelos próprios indivíduos autistas e suas redes de apoio. De acordo com os princípios defendidos por Desvallées e Mairesse (2010), os museus devem ultrapassar a mera

conservação de objetos e assumir um papel ativo na representação de memórias e experiências de grupos historicamente marginalizados, como é o caso da comunidade autista. Para tanto, é fundamental a adoção de estratégias que respeitem as particularidades sensoriais, cognitivas e comunicacionais dos autistas, garantindo que suas vivências sejam não apenas representadas, mas também efetivamente incorporadas ao planejamento e à mediação museológica. Esse processo pode ocorrer por meio de práticas participativas, como a curadoria colaborativa, a criação de exposições sensoriais adaptadas e a implementação de tecnologias assistivas que facilitem a interação com o acervo e as narrativas apresentadas.

Junto a isso, entende-se que a construção de uma narrativa museológica sobre e para a comunidade autista requer um modelo de museu que vá além da centralização da autoridade curatorial, envolvendo os próprios autistas na definição das histórias que devem ser contadas e na maneira como essas narrativas serão apresentadas. A partir da Nova Museologia, que propõe a valorização do patrimônio imaterial e das memórias coletivas, é possível construir exposições que contemplem as experiências de vida dos autistas, suas formas singulares de percepção do mundo e os desafios enfrentados em uma sociedade predominantemente neurotípica. Para isso, metodologias como entrevistas, rodas de conversa e projetos de história oral podem ser empregadas, garantindo que a narrativa museológica seja construída de forma plural e respeitosa. Além disso, os museus podem recorrer a dispositivos interativos, como ambientes imersivos que permitam ao público em geral experimentar aspectos da sensorialidade autista, promovendo uma maior empatia e compreensão sobre a diversidade neurológica (GRANDIN, 2006; HAPPÉ; FRITH, 2020).

Outro aspecto essencial para a adaptação museológica às necessidades da comunidade autista é a acessibilidade sensorial e comunicacional. Muitos autistas possuem hipersensibilidade ou hipossensibilidade a estímulos visuais, auditivos e táteis, o que exige uma readequação dos espaços expositivos para evitar sobrecargas sensoriais ou, ao contrário, fornecer estímulos adicionais para aqueles que necessitam. Medidas como a criação de horários especiais com iluminação e sons reduzidos, a oferta de mapas táteis e audioguias com opções adaptadas à

comunicação alternativa e aumentativa (CAA) são fundamentais para garantir uma experiência museológica inclusiva. Além disso, é imprescindível que as equipes dos museus sejam capacitadas para compreender e respeitar as diferentes formas de comunicação autista, incentivando um ambiente acolhedor e livre de barreiras atitudinais (BOOTH; HAPPÉ, 2018).

Por fim, os museus que se orientam pela Nova Museologia e desejam contar narrativas da comunidade autista devem se tornar agentes de transformação social, combatendo estereótipos e promovendo uma visão mais ampla da neurodiversidade. Isso significa superar representações estigmatizantes ou patologizantes do autismo e, em vez disso, valorizar a multiplicidade de perspectivas dentro do espectro. A criação de exposições que destaquem as contribuições dos autistas para a ciência, a arte e a cultura, bem como o reconhecimento de suas lutas políticas e sociais por direitos, são formas de garantir que essas narrativas sejam legitimadas dentro do espaço museológico. Assim, os museus podem se consolidar como locais de pertencimento e empoderamento para a comunidade autista, reafirmando seu compromisso com a diversidade e a inclusão (SINGER, 1999; SILBERMAN, 2015).

3.1 Ressignificação de histórias como agente transformador.

Partindo ainda do princípio da nova museologia, é possível observar que os museus contemporâneos têm se consolidado como espaços dinâmicos de construção, preservação e resignificação de memórias, especialmente no contexto de movimentos sociais. Mário Chagas, em sua obra *Museus, Memórias e Movimentos Sociais* (2009), argumenta que os museus deixaram de ser meramente depósitos de objetos e passaram a assumir um papel crítico no debate sobre memória e identidade, funcionando como ferramentas de resistência e transformação social. Essa perspectiva enfatiza o poder dos museus em dar visibilidade a vozes silenciadas, oferecendo um espaço para a reconstrução de narrativas que desafiam versões hegemônicas da história. Para Chagas (2009), “os museus podem ser entendidos como campos de disputa e, ao mesmo tempo, como territórios de partilha, nos quais memórias diversas se cruzam, se confrontam e se resignificam” (p. 42). Essa concepção amplia a relevância dos museus na atualidade, evidenciando seu potencial como agentes de mudança e inclusão.

A ressignificação de histórias em museus ocorre por meio da articulação entre memória e luta social. Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental ao reivindicar espaço para suas narrativas dentro das instituições museológicas. Como destaca Chagas (2009), essas instituições não são neutras, mas profundamente influenciadas pelos contextos sociais, culturais e políticos nos quais estão inseridas. A introdução de narrativas periféricas ou marginalizadas nos acervos e exposições desafia estruturas de poder cristalizadas, permitindo que os museus sirvam como plataformas de denúncia e de conscientização. Os museus comunitários, por exemplo, emergem como iniciativas locais para preservar histórias e tradições que, de outra forma, seriam esquecidas ou negligenciadas. De acordo com Chagas (2009), esses museus são "espaços insurgentes, em que a memória dos povos encontra terreno fértil para se manifestar e se multiplicar" (p. 56).

Além disso, a ressignificação promovida pelos museus vai além da simples exposição de objetos. Ela envolve a construção de um diálogo entre o passado e o presente, permitindo que as comunidades reavaliem sua própria história e identidade. Chagas (2009) aponta que "a memória não é estática, mas dinâmica, sendo constantemente reconfigurada pelas demandas e pelas tensões do presente" (p. 78). Assim, os museus se tornam espaços onde a história é ativada, funcionando como pontes entre diferentes temporalidades. Esse caráter dialógico é particularmente importante em sociedades marcadas por desigualdades e traumas históricos, como o colonialismo, a escravidão e a opressão de determinados grupos. Nesses contextos, os museus podem assumir um papel reparador, contribuindo para processos de reconhecimento, reconciliação e justiça social.

Dito isso, é importante destacar que o potencial dos museus como vias de ressignificação depende de sua abertura para incorporar práticas participativas e inclusivas. Isso significa reconhecer o protagonismo das comunidades na curadoria de suas próprias histórias e valorizar saberes locais, rompendo com uma visão eurocêntrica e elitista que historicamente marcou o campo museológico. Chagas (2009) defende que "os museus precisam se posicionar como aliados dos movimentos sociais, assumindo a tarefa de problematizar as exclusões e hierarquias que moldaram o passado e ainda influenciam o presente" (p. 101).

Dessa forma, os museus não apenas preservam a memória, mas também contribuem para transformá-la, promovendo uma sociedade mais justa e plural.

Ao conectar o passado e o presente, os museus também têm o potencial de educar o público sobre os desafios enfrentados por autistas hoje, como barreiras no acesso à educação, trabalho e saúde, além do estigma social. A criação de espaços acessíveis, sensoriais e inclusivos dentro das instituições museológicas pode não apenas acolher visitantes autistas, mas também sensibilizar outros públicos para a realidade do espectro autista. Como observa Chagas (2009), “a memória é dinâmica e pode ser reconfigurada para atender às demandas do presente” (p. 78). Assim, ao incorporar o autismo em suas narrativas, os museus não apenas reconhecem um passado difícil, mas também contribuem para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Dito isso, é importante salientar que o papel social do museu em relação à comunidade autista está intrinsecamente ligado à sua função de inclusão, representação e construção de narrativas que desafiem o apagamento histórico e os estereótipos associados ao autismo. Como instituições que preservam e interpretam memórias, os museus têm o potencial de atuar como espaços de resistência e ressignificação para grupos marginalizados, promovendo o reconhecimento da diversidade neurológica e garantindo que as experiências autistas sejam incorporadas à história e à cultura de maneira legítima e respeitosa. A partir das diretrizes da Nova Museologia, que enfatiza a participação comunitária e o engajamento social, os museus devem ultrapassar a tradicional postura de instituições passivas e assumir um papel ativo na defesa dos direitos dos autistas, criando espaços acessíveis, acolhedores e representativos (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

Outra das principais funções sociais do museu no que se refere à comunidade autista é garantir acessibilidade, não apenas no sentido físico, mas também sensorial, comunicacional e cognitivo. Isso significa que os museus devem adotar práticas inclusivas que respeitem as particularidades sensoriais dos autistas, oferecendo visitas guiadas adaptadas, exposições interativas e ambientes sensoriais controlados. Para as pessoas autistas que possuem hipersensibilidade a sons, luzes ou estímulos táteis, a adequação dos espaços expositivos para

minimizar essas barreiras é um passo fundamental para tornar os museus verdadeiramente acessíveis. Além disso, a comunicação alternativa e aumentativa (CAA) deve ser incorporada às estratégias museológicas, garantindo que pessoas não verbais ou com dificuldades de processamento da linguagem possam se engajar plenamente com o conteúdo exposto. Programas de treinamento para funcionários, voltados à compreensão das necessidades autistas e à promoção de um atendimento inclusivo, também são essenciais para evitar barreiras atitudinais dentro dessas instituições (GRANDIN, 2006; HAPPÉ; FRITH, 2020).

Historicamente, o autismo foi representado por meio de uma ótica patologizante e deficitária, enfatizando apenas limitações e dificuldades, enquanto os próprios autistas eram silenciados no debate sobre sua identidade e seus direitos. No entanto, movimentos como o da neurodiversidade vêm reivindicando um novo olhar sobre o autismo, que reconheça a pluralidade de experiências dentro do espectro e valorize as contribuições dos autistas para a sociedade. Nesse sentido, os museus podem atuar como plataformas para a disseminação dessa nova perspectiva para que haja uma compreensão mais ampla sobre o tema. A curadoria participativa, na qual autistas desempenham um papel ativo na concepção das exposições e na escolha dos conteúdos a serem apresentados, é uma estratégia fundamental para garantir que essas narrativas sejam construídas de forma autêntica e não mediada exclusivamente por olhares neurotípicos (SINGER, 1999; SILBERMAN, 2015).

Os museus também podem funcionar como espaços de fortalecimento comunitário, onde autistas e suas redes de apoio encontrem oportunidades para a expressão cultural, a troca de experiências e a articulação política. Programas educativos e oficinas voltadas para o público autista, assim como iniciativas de arte e cultura desenvolvidas por autistas, são maneiras de criar um ambiente de pertencimento e reconhecimento. Além disso, o museu pode atuar como um agente de transformação social ao promover o debate sobre inclusão e direitos, incentivando políticas públicas que garantam maior acesso à cultura e ao patrimônio para pessoas autistas. No Brasil, experiências como o Museu da Inclusão, vinculado à Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, exemplificam como essas instituições podem se tornar agentes ativos na luta pela acessibilidade

e pela representatividade, estabelecendo parcerias com organizações da sociedade civil e com movimentos sociais (CHAGAS, 2007; BRUNO, 1999).

Portanto, o papel social do museu em relação à comunidade autista não se limita apenas a tornar seus espaços acessíveis, mas envolve uma transformação mais profunda na maneira como essa comunidade é representada e incluída na construção das narrativas museológicas. Os museus devem ser espaços de empoderamento, onde autistas possam compartilhar suas histórias, afirmar sua identidade e reivindicar seus direitos. Dessa forma, essas instituições não apenas preservam o patrimônio cultural, mas também contribuem ativamente para a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversa e democrática, em consonância com os princípios da Nova Museologia e da Museologia Social.

Por fim, a ressignificação promovida pelos museus exige um compromisso ético com a valorização das histórias de pessoas autistas, especialmente considerando o peso das violências históricas. A reconciliação entre o passado opressor, exemplificado pelo contexto da Viena nazista, e os esforços atuais pela neurodiversidade, encontra nos museus um espaço privilegiado de articulação. Conforme Sheffer (2018) argumenta, compreender o impacto histórico das políticas de exclusão é essencial para garantir que o futuro seja construído com base na empatia e no respeito. Nesse sentido, os museus podem não apenas preservar memórias, mas também transformar consciências, promovendo o reconhecimento do valor único e da dignidade das pessoas autistas.

4. CAPÍTULO III: Museus comunitários e seu potencial para ressignificar

O pertencimento é um conceito complexo que envolve a sensação de conexão, identificação e reconhecimento dentro de um grupo, comunidade ou espaço. Em termos filosóficos e sociológicos, o pertencimento está relacionado à necessidade humana fundamental de ser aceito e integrado a um coletivo, seja ele uma família, um grupo social, uma cultura ou até uma identidade compartilhada. Essa sensação não se limita apenas ao reconhecimento externo, mas também à percepção subjetiva de que se ocupa um lugar legítimo dentro desse grupo, contribuindo para a construção da própria identidade e do sentimento de segurança emocional e social (BAUMAN, 2001; TAYLOR, 1994).

No contexto dos museus e da cultura, o pertencimento assume um papel fundamental na representação e valorização de diferentes comunidades. Quando um grupo historicamente marginalizado, como a comunidade autista, vê suas narrativas e experiências sendo validadas dentro dos espaços museais, há um fortalecimento do sentimento de pertencimento cultural e social. Museus que incorporam a diversidade e promovem a participação ativa desses grupos deixam de ser espaços excludentes e se tornam territórios de reconhecimento e acolhimento, contribuindo para a formação de identidades coletivas e individuais (HALL, 2006).

Além disso, o pertencimento não é apenas uma experiência individual, mas um fenômeno social construído por meio de relações e interações. Ele pode ser promovido ou negado, dependendo das estruturas sociais, das políticas públicas e das práticas institucionais. Um espaço físico pode ser tecnicamente acessível, mas se não houver uma verdadeira inclusão e reconhecimento das pessoas que ali circulam, o pertencimento não será plenamente alcançado. Assim, para que uma pessoa ou comunidade se sinta pertencente a um espaço ou grupo, é essencial que haja não apenas representatividade, mas também participação ativa na construção das normas, valores e discursos que regem esse ambiente (YOUNG, 2000).

Sendo também um conceito dinâmico e mutável, o pertencimento pode ser reivindicado e ressignificado ao longo do tempo. No caso dos movimentos sociais e das lutas por direitos, o pertencimento muitas vezes se manifesta como uma forma

de resistência contra sistemas de exclusão. Comunidades que historicamente foram silenciadas ou marginalizadas, como as pessoas autistas, os povos indígenas, as populações negras e outros grupos minoritários, frequentemente desenvolvem estratégias para fortalecer seu pertencimento a espaços institucionais, culturais e políticos que antes lhes eram negados. O reconhecimento de suas histórias, experiências e contribuições é essencial para garantir que o pertencimento seja real e não apenas simbólico (HOOKS, 2003).

O desenvolvimento do sentimento de pertencimento na comunidade autista é fundamental para promover o bem-estar, a autoestima e a inclusão social dos indivíduos dentro do espectro, visto que, historicamente, pessoas autistas foram frequentemente marginalizadas, incompreendidas e forçadas a se adaptar a padrões neurotípicos que não levavam em consideração suas particularidades sensoriais, emocionais e comunicativas. Isso resultou em altos índices de isolamento social, dificuldades de acesso a espaços comunitários e até mesmo em práticas de exclusão institucional, como terapias forçadas e a negação de direitos básicos. Diante desse cenário, fortalecer o pertencimento dentro da comunidade autista significa reconhecer e valorizar a identidade autista como parte da diversidade humana, promovendo espaços nos quais essas pessoas possam se sentir acolhidas, compreendidas e respeitadas.

A ausência de pertencimento pode gerar sentimentos de inadequação e solidão, uma vez que muitas pessoas autistas crescem sem referências positivas que validem suas formas de ser e interagir com o mundo. Quando a sociedade impõe normas sociais rígidas baseadas em um modelo neurotípico de comportamento e comunicação, os autistas frequentemente enfrentam dificuldades em estabelecer conexões genuínas e seguras, o que pode levar ao desenvolvimento de transtornos de ansiedade, depressão e outros problemas emocionais (SINGER, 1999). Dessa forma, ao construir uma comunidade onde os autistas possam compartilhar experiências, trocar conhecimentos e criar laços de apoio mútuo, é possível reduzir esses impactos negativos e fortalecer uma identidade coletiva baseada na aceitação e no reconhecimento da neurodiversidade.

A construção desse sentimento de pertencimento passa, necessariamente, pela valorização da experiência autista como algo legítimo e não como uma

condição que precisa ser corrigida ou ajustada aos padrões da sociedade. A neurodiversidade, conceito desenvolvido por ativistas autistas e pesquisadores como Judy Singer (1999), defende que o autismo não deve ser visto como um transtorno ou uma deficiência a ser superada, mas sim como uma variação natural da cognição humana. Quando esse conceito é incorporado em espaços educacionais, culturais e comunitários, abre-se a possibilidade de criar ambientes onde os autistas possam se expressar sem medo de julgamento e sem a pressão de mascarar seus traços naturais para serem aceitos. Isso se reflete na importância de escolas inclusivas, ambientes de trabalho adaptados, grupos de apoio e espaços culturais que validem a identidade autista, permitindo que os indivíduos construam sua autoimagem de maneira positiva.

Outro aspecto essencial do pertencimento na comunidade autista é a criação de redes de apoio entre autistas e seus familiares, o que permite o fortalecimento de laços sociais sem a necessidade de adaptação a normas neurotípicas excludentes. A internet tem sido uma ferramenta poderosa nesse sentido, pois permitiu o surgimento de comunidades autistas online, onde pessoas de diferentes partes do mundo compartilham suas experiências e reivindicam seus direitos. No entanto, é igualmente importante que existam espaços físicos onde o pertencimento possa ser vivido coletivamente, por meio de encontros, eventos culturais, debates e atividades que celebrem a neurodiversidade. Os museus e espaços culturais desempenham um papel essencial nesse processo, pois podem atuar como ferramentas de valorização da história e das experiências da comunidade autista.

Por fim, desenvolver o sentimento de pertencimento dentro da comunidade autista é um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Quando os autistas se reconhecem como parte de um grupo que compartilha experiências, desafios e conquistas, há um fortalecimento da autoestima e da identidade coletiva, o que possibilita um maior engajamento na luta por direitos e inclusão. Assim como outras minorias historicamente marginalizadas se fortaleceram a partir da construção de uma consciência comunitária, a comunidade autista se beneficia do reconhecimento de que não está sozinha e que suas demandas são legítimas. Portanto, garantir que o pertencimento seja uma realidade para todos os autistas é uma questão de direitos humanos e justiça social,

promovendo uma sociedade que valoriza verdadeiramente a diversidade e a inclusão.

Sendo assim, é possível entender que o pertencimento é um elemento central na construção das identidades individuais e coletivas, sendo promovido por meio do reconhecimento, da inclusão e da participação ativa. Em espaços culturais como os museus, garantir o pertencimento significa não apenas abrir portas, mas também oferecer meios para que diferentes comunidades possam se ver, se ouvir e se expressar, criando laços significativos com a memória, a história e a cultura compartilhada, pois, é apenas a partir do sentimento de pertencimento que pode se formar uma comunidade.

Ao levantar esse debate, surge a seguinte questão: o que é comunidade? É possível definir o conceito de comunidade como complexo e multifacetado, pois ele é abordado de diferentes maneiras por filósofos, sociólogos, antropólogos e estudiosos das ciências humanas. Em termos gerais, a comunidade pode ser entendida como um grupo de pessoas que compartilham elementos em comum, como território, cultura, interesses, valores ou identidades. No entanto, o sentido de comunidade vai além da simples coexistência geográfica ou de características compartilhadas, envolvendo também relações de pertencimento, solidariedade e interação social (BAUMAN, 2003; TÖNNIES, 2002).

Historicamente, o conceito de comunidade foi discutido por Ferdinand Tönnies, que, em sua obra *Comunidade e Sociedade* (1887), fez uma distinção fundamental entre *Gemeinschaft* (comunidade) e *Gesellschaft* (sociedade). Segundo ele, a comunidade é caracterizada por laços orgânicos e relações interpessoais baseadas na afetividade, na tradição e na proximidade, como ocorre em famílias, vilarejos ou grupos culturais tradicionais. Já a sociedade (*Gesellschaft*) é marcada por relações mais racionais, formais e utilitárias, típicas das grandes cidades e das estruturas burocráticas modernas. Essa distinção influenciou muitos estudos posteriores sobre a transformação das formas de organização social ao longo do tempo (TÖNNIES, 2002).

Outro autor fundamental para a compreensão do conceito de comunidade é Zygmunt Bauman, que problematizou a noção tradicional de comunidade em seu

livro *Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual* (2003). Para Bauman, a comunidade é frequentemente idealizada como um espaço de acolhimento e segurança, mas, ao mesmo tempo, pode se tornar um ambiente excludente, onde as diferenças são rejeitadas para preservar uma identidade homogênea. Ele argumenta que, na contemporaneidade, as comunidades são cada vez mais fluidas, moldadas por interações digitais e redes sociais, e que a ideia de pertencimento comunitário precisa ser repensada em um mundo globalizado e interconectado (BAUMAN, 2003).

Já Benedict Anderson, em *Comunidades Imaginadas* (1983), propôs uma interpretação crucial para entender comunidades em um sentido simbólico e político. Ele argumenta que nações e identidades coletivas muitas vezes são construções sociais, nas quais os indivíduos se sentem conectados a um grupo maior, mesmo sem conhecer pessoalmente todos os seus membros. Essa perspectiva é essencial para entender como as comunidades se formam em torno de causas comuns, como a luta por direitos civis, questões ambientais ou a identidade neurodivergente, no caso das pessoas autistas (ANDERSON, 1983).

No contexto da Nova Museologia e dos museus comunitários, o conceito de comunidade adquire um significado ainda mais profundo, pois essas instituições passam a ser concebidas como espaços de representação, resistência e participação ativa. Museus comunitários não apenas preservam a memória de um grupo, mas também permitem que essa comunidade tenha voz na construção de sua própria história, promovendo autonomia, reconhecimento e pertencimento (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010; CHAGAS, 2007).

Assim, a comunidade pode ser entendida de diferentes formas: como um grupo baseado em vínculos afetivos e culturais, como um espaço de pertencimento e resistência, ou ainda como uma construção simbólica e política que pode ser moldada por interesses e identidades compartilhadas. Seja no contexto das relações interpessoais ou nas dinâmicas sociais mais amplas, a ideia de comunidade continua sendo um dos pilares fundamentais para a organização e compreensão da sociedade.

No campo da Nova Museologia, o conceito de comunidade ganha um papel central, pois rompe com a visão tradicional dos museus como instituições distantes, hierárquicas e voltadas para a conservação de coleções, para colocá-los a serviço das populações locais e de suas histórias. Enquanto a museologia clássica priorizava o patrimônio material e a autoridade dos especialistas na preservação da memória, a Nova Museologia propõe que a comunidade seja protagonista na gestão, curadoria e significação dos acervos, transformando os museus em espaços vivos, interativos e comprometidos com o desenvolvimento social (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010). Assim, a comunidade deixa de ser um objeto de estudo e passa a ser o próprio sujeito do museu, determinando o que deve ser preservado, exibido e ressignificado.

No contexto dos museus comunitários, a comunidade não é entendida apenas como um grupo homogêneo, definido por território ou laços de sangue, mas como um coletivo que compartilha uma história comum e que se articula em torno da preservação de sua identidade. Isso significa que comunidades podem ser formadas por diferentes critérios, como identidade cultural, pertencimento social ou experiências compartilhadas. Um exemplo disso são os museus que emergem a partir de movimentos sociais, como aqueles ligados às populações quilombolas, indígenas, LGBTQIA+ e, mais recentemente, à neurodiversidade e ao movimento autista. Nesses casos, a comunidade não é delimitada por um espaço geográfico específico, mas sim por uma vivência comum que exige reconhecimento, representatividade e espaço de fala dentro das instituições culturais.

Os museus comunitários também operam como espaços de resistência, pois desafiam estruturas de poder e modelos dominantes de produção de conhecimento. Ao reivindicar o direito de narrar suas próprias histórias, as comunidades questionam a neutralidade dos museus tradicionais e exigem que esses espaços sejam mais democráticos e inclusivos. Essa ressignificação da comunidade dentro da museologia fortalece a ideia de que a memória não deve ser apenas preservada, mas também negociada, disputada e atualizada, garantindo que grupos historicamente excluídos tenham suas vozes reconhecidas e legitimadas no cenário cultural e patrimonial (CHAGAS, 2007; DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

Dessa forma, a Nova Museologia e os museus comunitários não apenas ampliam o conceito de comunidade, mas também redefinem o próprio papel dos museus, transformando-os em instituições dinâmicas, politicamente engajadas e socialmente relevantes. Ao fazer isso, reafirmam que o patrimônio cultural não pertence apenas ao passado, mas também ao presente e ao futuro das populações que o reivindicam e o ressignificam constantemente.

4.1 Conceituação dos museus comunitários

Os museus comunitários são instituições criadas e geridas por comunidades para preservar, valorizar e divulgar suas memórias, identidades e patrimônios culturais. Diferente dos museus tradicionais, que muitas vezes impõem uma narrativa histórica a partir da visão de especialistas ou órgãos governamentais, os museus comunitários emergem como espaços de resistência e representatividade, permitindo que grupos sociais contem suas próprias histórias e fortaleçam seus laços de pertencimento. Esses museus têm um caráter dinâmico e participativo, priorizando a oralidade, a vivência e a experiência coletiva na construção do conhecimento e na ressignificação da memória (CHAGAS, 2007; DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

No Brasil, os primeiros museus comunitários começaram a surgir no final do século XX, principalmente em territórios indígenas, quilombolas, favelas e comunidades periféricas. Essas iniciativas foram impulsionadas pela necessidade de reconhecimento das narrativas de grupos historicamente marginalizados e pela luta contra a exclusão social e cultural. Diferente dos museus institucionais, esses espaços são marcados pela autogestão, pela participação ativa dos moradores e pelo compromisso com as demandas sociais e políticas das comunidades envolvidas (CHAGAS, 2007). Os museus comunitários possuem histórias diversas, mas compartilham uma característica em comum: nasceram da necessidade de preservar memórias que, de outra forma, seriam apagadas ou negligenciadas pelas instituições tradicionais. No Brasil, algumas experiências se destacam como referências desse modelo de museu.

A exemplo disso, é possível observar o Museu da Maré, que surgiu em 2006 como um espaço inovador e revolucionário dentro da museologia brasileira, sendo

uma das principais referências em museus comunitários e de resistência cultural no país. Localizado no Complexo da Maré, um dos maiores conjuntos de favelas do Rio de Janeiro, o museu nasceu da necessidade de preservar e dar visibilidade à memória e às histórias dos moradores, que, historicamente, foram marginalizados tanto pelas políticas públicas quanto pelas instituições culturais tradicionais. A iniciativa para a criação do Museu da Maré veio do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM), uma organização fundada em 1997 por jovens da própria comunidade que, ao perceberem a ausência de registros oficiais sobre a história da Maré, decidiram construir um espaço que valorizasse a identidade local e ampliasse a participação da população nos processos de musealização (SOUZA, 2010). Diferente dos museus convencionais, que frequentemente apresentam narrativas impostas por especialistas externos, o Museu da Maré foi concebido como um espaço de protagonismo dos próprios moradores, funcionando como um museu de território, no qual a memória não é tratada apenas como algo do passado, mas como um elemento vivo e em constante transformação.

A estruturação do Museu da Maré seguiu os princípios da Museologia Social, movimento que defende uma abordagem participativa e socialmente engajada dos museus. Esse modelo rompe com a concepção elitista da museologia tradicional, na qual o conhecimento é centralizado em instituições formais, e propõe que os museus sejam espaços acessíveis, democráticos e comprometidos com as demandas das populações que representam (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010). No caso da Maré, essa perspectiva foi essencial para garantir que o museu refletisse não apenas a história da comunidade, mas também suas lutas, resistências e conquistas ao longo dos anos. Sua exposição principal é organizada em torno de doze tempos históricos, como “Tempo da Água”, “Tempo da Fé” e “Tempo do Medo”, categorias que estruturam as experiências vividas pelos moradores e oferecem um olhar sensível sobre os desafios e riquezas culturais da favela (SOUZA, 2010). Além disso, o museu promove atividades educativas, oficinas culturais e debates sobre questões sociais, tornando-se um ponto de encontro e fortalecimento da identidade comunitária.

A importância do Museu da Maré no contexto atual se dá pelo seu papel como espaço de resistência, especialmente diante do processo de marginalização e

criminalização das favelas. No Brasil, há um histórico de exclusão das periferias no que diz respeito à produção e preservação da memória, e muitos discursos oficiais representam esses territórios apenas através de estereótipos de violência e precariedade. O museu combate essa visão ao apresentar a favela sob outra perspectiva, enfatizando a riqueza cultural, as redes de solidariedade e a trajetória dos moradores que construíram a Maré ao longo das décadas (CHAGAS, 2007). Além disso, o museu enfrenta desafios políticos e institucionais, sendo ameaçado por processos de despejo e falta de financiamento, o que demonstra como a disputa pela memória também é uma disputa por direitos e reconhecimento. Apesar disso, o Museu da Maré segue resistindo e ampliando suas ações, consolidando-se como um modelo para outras iniciativas de museologia comunitária no Brasil e no mundo.

Os progressos que o Museu da Maré representa para os museus e para as comunidades são significativos, pois ele reafirma a importância de um modelo museológico inclusivo, participativo e comprometido com a realidade social. Primeiramente, ele demonstra que os museus não precisam ser espaços distantes e inacessíveis, mas podem ser organismos vivos, moldados pelas demandas e experiências das populações que representam. Além disso, o Museu da Maré contribui para a desconstrução da ideia de que apenas certos grupos sociais têm o direito de narrar a história, reforçando que toda comunidade tem memória e patrimônio dignos de preservação. No campo da museologia, sua existência fortalece o reconhecimento dos museus comunitários e sociais como instrumentos de transformação, reforçando que os museus não devem ser apenas guardiões de objetos, mas também agentes políticos e culturais (BRUNO, 1999). Para as comunidades, o impacto do museu vai além da preservação da memória: ele gera pertencimento, autoestima e empoderamento, permitindo que os moradores da Maré se reconheçam como sujeitos históricos e tenham voz ativa na construção de sua própria identidade coletiva.

Dessa forma, o Museu da Maré se insere como uma das mais importantes iniciativas de museologia social no Brasil, demonstrando que a memória não é um privilégio das elites, mas sim um direito de todas as populações. Ao unir resistência política, produção cultural e engajamento comunitário, ele não apenas preserva a história da favela, mas também aponta caminhos para uma museologia mais

democrática e comprometida com as realidades populares. Em tempos de aprofundamento das desigualdades e tentativas de apagamento das vozes periféricas, o Museu da Maré segue sendo um símbolo de luta e um modelo para a construção de museus mais inclusivos, diversos e socialmente engajados.

Outro exemplo de museu comunitário com muita relevância no Brasil é o Museu do Povo Xukuru, localizado no estado de Pernambuco, é uma das mais importantes iniciativas de museologia indígena no Brasil, representando não apenas um espaço de preservação da memória dos Xukuru do Ororubá, mas também um instrumento de resistência política e reafirmação da identidade indígena. Sua origem remonta à luta histórica dos Xukuru pela demarcação de seu território tradicional e pela valorização de sua cultura diante dos processos de apagamento impostos pela colonização e pelo avanço do Estado e de interesses privados sobre suas terras. Diferente dos museus convencionais, que muitas vezes retratam os povos indígenas como figuras do passado, o Museu do Povo Xukuru emerge como um museu vivo, no qual a memória não é apenas resgatada, mas ressignificada pelos próprios indígenas como parte de sua trajetória de luta e sobrevivência no presente. Assim como o Museu da Maré, que nasceu da necessidade de uma comunidade marginalizada preservar e contar sua própria história sob sua ótica, o Museu do Povo Xukuru se insere dentro da tradição da Nova Museologia, enfatizando o protagonismo comunitário e a construção de narrativas baseadas na experiência dos próprios sujeitos históricos (SILVA, 2018).

A criação do Museu do Povo Xukuru está profundamente ligada à trajetória de resistência do povo Xukuru contra a expropriação de suas terras e as políticas de assimilação que visavam enfraquecer sua identidade cultural. Localizado na Serra do Ororubá, na cidade de Pesqueira (PE), o território Xukuru foi alvo, ao longo de séculos, de processos violentos de desterritorialização, perseguições e tentativas de invisibilização de suas práticas culturais e religiosas. Durante grande parte do século XX, os Xukuru foram submetidos a políticas de integração forçada e enfrentaram repressão de grupos ligados a fazendeiros e interesses econômicos da região. Foi apenas a partir da Constituição de 1988 e do fortalecimento do movimento indígena brasileiro que os Xukuru conseguiram reverter parte desse processo, garantindo a demarcação de seu território tradicional em 2001, após

décadas de intensas disputas e mobilizações (LIMA, 2016). Nesse contexto de retomada cultural e política, surgiu a necessidade de um espaço que servisse como referência para a preservação e transmissão da memória Xukuru, levando à criação do museu.

Inspirado nos princípios da museologia social e comunitária, o Museu do Povo Xukuru não é um espaço convencional de exposição de artefatos, mas sim um centro de encontro, aprendizado e fortalecimento cultural para a comunidade. Assim como o Museu da Maré organiza sua exposição a partir da experiência cotidiana dos moradores da favela, o Museu Xukuru estrutura sua narrativa em torno dos elementos centrais da cosmovisão indígena, como a relação com a terra, os rituais sagrados e a transmissão dos saberes ancestrais. O museu é, portanto, um espaço de construção e reafirmação identitária, no qual a memória não é apenas preservada, mas continuamente reconstruída a partir das vivências dos próprios indígenas.

Uma das características fundamentais do Museu do Povo Xukuru é sua abordagem participativa e dinâmica, que se opõe ao modelo tradicional de museu como um espaço fixo e estático. Em vez de apenas exibir objetos antigos ou registros históricos, o museu se constitui como um lugar de celebração da cultura viva, promovendo rituais, encontros intergeracionais, oficinas de arte e debates sobre os desafios enfrentados pelos povos indígenas na contemporaneidade. A oralidade, elemento essencial na transmissão da cultura Xukuru, desempenha um papel central no museu, garantindo que a memória seja compartilhada de maneira ativa e acessível às novas gerações (SILVA, 2018). Além disso, o museu se insere em um movimento mais amplo de museus indígenas no Brasil, que buscam resgatar e fortalecer as identidades originárias a partir de uma perspectiva descolonizada, combatendo as representações estereotipadas que muitas vezes são impostas por instituições externas.

No contexto atual, o Museu do Povo Xukuru desempenha um papel essencial na resistência contra as políticas de apagamento e negação dos direitos indígenas. Assim como o Museu da Maré desafia as narrativas oficiais que criminalizam e marginalizam as favelas, o Museu Xukuru confronta os discursos que tratam os povos indígenas como povos do passado, reafirmando sua presença, cultura e

autonomia no presente. Ao mesmo tempo, o museu se torna um espaço de articulação política e de defesa dos direitos territoriais, funcionando como um ponto de encontro para lideranças indígenas e outros movimentos sociais. Sua importância vai além da preservação da memória: ele representa um instrumento de luta e empoderamento, reforçando que o patrimônio cultural indígena não deve ser tratado como um objeto de estudo acadêmico isolado, mas sim como parte integrante da história viva do Brasil.

Os progressos que o Museu do Povo Xukuru representa para os museus e para as comunidades são profundos e multifacetados. Primeiramente, ele amplia o conceito de museu ao demonstrar que a preservação da memória não precisa se limitar a objetos e documentos, mas pode se manifestar na oralidade, nos rituais e na transmissão intergeracional de saberes. Isso abre caminho para uma museologia mais plural e diversa, que reconhece diferentes formas de conhecimento e desafia os modelos eurocêntricos de patrimonialização (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010). Além disso, o museu fortalece a autodeterminação indígena, permitindo que os próprios Xukuru definam como desejam ser representados e quais aspectos de sua cultura devem ser enfatizados. Essa autonomia é essencial para evitar as distorções históricas e os estereótipos frequentemente reproduzidos por museus institucionais que não incluem as comunidades indígenas no processo de curadoria.

Assim como o Museu da Maré, que abriu caminho para outras experiências de museologia comunitária nas periferias urbanas, o Museu do Povo Xukuru se torna uma referência para outros povos indígenas que desejam construir seus próprios espaços de memória e identidade. Seu impacto transcende o campo da museologia, influenciando políticas públicas e debates sobre os direitos dos povos originários no Brasil. Em um país onde os direitos indígenas são constantemente ameaçados por interesses econômicos e políticos, a existência do Museu Xukuru se torna um ato de resistência e afirmação da diversidade cultural.

Em conclusão, o Museu do Povo Xukuru não apenas resgata a história e a identidade do povo Xukuru, mas também propõe uma nova forma de pensar a museologia, baseada na participação comunitária, na valorização da oralidade e no fortalecimento da luta por direitos. Assim como o Museu da Maré, ele demonstra que os museus não precisam ser espaços distantes e elitizados, mas podem ser

ferramentas de transformação social e política. Ao desafiar as narrativas hegemônicas e dar voz aos próprios sujeitos históricos, esses museus comunitários e indígenas contribuem para a construção de uma memória coletiva mais democrática e inclusiva, reafirmando que a cultura e a história são patrimônios vivos, em constante construção e disputa.

Os museus comunitários representam uma ruptura com o modelo tradicional de museu e reafirmam o papel da cultura como um direito fundamental. Mais do que espaços de exposição, esses museus são centros de mobilização, memória e luta por justiça social. Desde suas origens, nos debates da Nova Museologia, até sua consolidação como ferramentas de resistência em diferentes partes do mundo, os museus comunitários provam que a preservação do patrimônio não deve ser um privilégio das elites, mas um processo coletivo e democrático, conduzido pelas próprias comunidades.

Os museus comunitários continuam a desempenhar um papel fundamental na preservação de memórias coletivas e na luta contra a marginalização cultural. Em um contexto global de desigualdades sociais, apagamento histórico e disputa de narrativas, esses espaços oferecem uma alternativa à hegemonia dos museus tradicionais, garantindo que as vozes das comunidades sejam ouvidas e respeitadas. Além disso, esses museus têm sido cada vez mais reconhecidos como instrumentos de desenvolvimento local, contribuindo para a educação, o fortalecimento da identidade cultural e a geração de renda. Muitas dessas iniciativas trabalham em parceria com escolas, universidades e organizações sociais, promovendo ações educativas e ampliando o acesso à cultura.

4.2 O autismo no contexto do sentimento de pertencimento e dos museus comunitários

Partindo desse ponto, é possível entender que a relação entre as mais diversas comunidades, inclusive a autista e os museus pode ser fortalecida a partir da recuperação histórica das experiências vividas, para pessoas autistas, por exemplo, o que houve durante a Segunda Guerra Mundial, um período marcado por perseguições sistemáticas e pela imposição de políticas de extermínio contra grupos considerados "indesejáveis" pelo regime nazista. O Programa Aktion T4,

implementado entre 1939 e 1945, foi uma das mais brutais iniciativas de eliminação de pessoas com deficiências, baseado na eugenia e na crença de que determinados indivíduos não deveriam fazer parte da sociedade. Esse programa resultou na morte de aproximadamente 300.000 pessoas, incluindo crianças e adultos com condições neurológicas diversas, muitas das quais teriam sido diagnosticadas hoje com autismo (FRIEDLANDER, 1995). Ao resgatar essa memória e incorporá-la às narrativas museológicas, a comunidade autista pode se apropriar da história como uma ferramenta de fortalecimento identitário, promovendo o sentimento de pertencimento e o reconhecimento de suas lutas ao longo do tempo.

No contexto da Nova Museologia, que enfatiza o papel social e político dos museus, o resgate dessa história não deve ser feito apenas a partir de uma perspectiva documental e informativa, mas deve incorporar as experiências e as vozes das próprias pessoas autistas e suas comunidades. Assim como o Museu da Maré ressignificou a memória da favela ao dar protagonismo aos moradores e transformar suas vivências em um patrimônio coletivo, os museus que abordam a história da comunidade autista podem construir exposições que não apenas denunciem as atrocidades do passado, mas também celebrem a resistência e os avanços conquistados ao longo das décadas. Ao destacar o que os autistas enfrentaram durante a Segunda Guerra Mundial e conectar essa memória às lutas contemporâneas por inclusão e direitos, os museus podem fortalecer a identidade coletiva da comunidade autista e reafirmar sua relevância na sociedade atual. O conceito de pertencimento, nesse sentido, se constrói a partir do reconhecimento da própria história e da valorização das narrativas que foram silenciadas por muito tempo (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2010).

A recuperação da memória do Aktion T4 nos museus também serve para questionar as formas como a sociedade, historicamente, tratou pessoas autistas e outras neurodivergências. Durante o período nazista, a lógica de exclusão e extermínio era baseada na ideia de que a diferença era um problema a ser erradicado. No entanto, esse pensamento não desapareceu completamente no pós-guerra e, em muitos contextos, a marginalização da comunidade autista ainda persiste, seja por meio da falta de acessibilidade, da dificuldade de acesso ao mercado de trabalho ou da invisibilização das suas demandas. Museus que

incorporam essa história às suas exposições podem funcionar como espaços de denúncia das opressões históricas, mas também de construção de novas possibilidades de inclusão. Exposições interativas, depoimentos de autistas sobre suas experiências ao longo das gerações e a valorização da cultura autista são formas de promover um engajamento ativo e incentivar a criação de redes de solidariedade dentro da própria comunidade.

Assim como o Museu do Povo Xukuru resgata a memória indígena de forma viva, indo além da simples exibição de artefatos e promovendo encontros e diálogos, os museus voltados à comunidade autista podem se tornar espaços de troca e reconhecimento. Em vez de apenas documentar as perseguições do passado, esses espaços podem promover encontros entre autistas de diferentes idades, estimular debates sobre o que significa ser autista na atualidade e fomentar práticas de resistência cultural. Além disso, ao abordar essa história, os museus têm o poder de educar o público em geral sobre os desafios enfrentados pela comunidade autista, combatendo estereótipos e preconceitos ainda muito presentes na sociedade. O pertencimento, nesse sentido, não é apenas individual, mas se fortalece a partir do momento em que os autistas se reconhecem como parte de uma trajetória coletiva que ultrapassa o tempo e os contextos geográficos.

O impacto desse resgate histórico vai além dos museus e pode influenciar políticas públicas e iniciativas de inclusão. A memória do que aconteceu na Segunda Guerra Mundial, quando pessoas neurodivergentes foram perseguidas e eliminadas, precisa ser constantemente lembrada para que erros do passado não sejam repetidos. Em um mundo onde ainda há debates sobre a medicalização excessiva do autismo, sobre a falta de acessibilidade em diversos espaços e sobre a necessidade de reconhecimento da neurodiversidade como parte da diversidade humana, os museus podem se tornar aliados essenciais na luta por direitos. O Museu da Maré, por exemplo, não apenas preserva a história da favela, mas atua politicamente ao enfrentar tentativas de remoção e exclusão da população. Da mesma forma, museus que abordam a experiência autista podem não apenas contar essa história, mas atuar politicamente para garantir que os autistas sejam reconhecidos e respeitados dentro da sociedade.

Dessa maneira, ao transformar a história da perseguição de autistas na Segunda Guerra Mundial em um instrumento de construção identitária e de fortalecimento comunitário, os museus desempenham um papel fundamental no reconhecimento da neurodiversidade. Eles permitem que a comunidade autista resgate seu passado não apenas como um registro de sofrimento, mas como um marco de resistência e resiliência. O pertencimento, portanto, se fortalece na medida em que as pessoas autistas percebem que sua história faz parte de uma luta maior por direitos e reconhecimento, e que os museus podem ser ferramentas poderosas para garantir que essa luta continue no presente e no futuro.

Diante do exposto, fica evidente que os museus comunitários desempenham um papel essencial na inclusão e no fortalecimento do pertencimento da comunidade autista. Ao adotarem princípios da nova museologia, esses espaços promovem a participação ativa, o reconhecimento e a valorização da diversidade. No entanto, ainda há desafios a serem enfrentados, como a ampliação de políticas públicas voltadas à acessibilidade e à criação de estratégias efetivas para garantir a representatividade autista dentro dos museus. O compromisso com a inclusão deve ser contínuo, garantindo que esses espaços sejam verdadeiramente democráticos e acessíveis para todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição que, ao longo das últimas décadas, tem sido cada vez mais discutida e estudada, refletindo sua importância tanto na esfera acadêmica quanto na social. Este trabalho teve como objetivo explorar a evolução do entendimento sobre o autismo, enfatizando a necessidade de uma abordagem inclusiva que considere as especificidades e potencialidades dos indivíduos no espectro autista. A pesquisa revelou que o autismo não deve ser visto apenas sob uma ótica médica, mas como um fenômeno complexo que envolve interações sociais, educacionais e culturais. Essa visão ampliada é fundamental para promover a inclusão efetiva e a aceitação das diferenças no cotidiano.

A trajetória do autismo, desde as primeiras descrições de Kanner (1943) e Asperger (1944), até os avanços mais recentes, evidencia uma mudança significativa na forma como a sociedade percebe e lida com essa condição. Inicialmente, o autismo era encarado de maneira patologizante, mas, com o tempo, a perspectiva evoluiu para uma valorização da neurodiversidade, reconhecendo que as diferenças neurológicas fazem parte da rica tapeçaria da experiência humana. Amaral e Dawson (2017) ressaltam que a heterogeneidade das manifestações do autismo exige uma abordagem mais individualizada, que respeite as particularidades de cada pessoa. Isso implica uma transformação nas práticas educacionais e nas políticas públicas, que precisam ser adaptadas para atender às necessidades diversas dos indivíduos autistas, garantindo que todos tenham acesso a oportunidades equitativas.

A educação, como um pilar fundamental para a inclusão, desempenha um papel crucial na vida das pessoas autistas. A formação adequada de educadores é essencial para que possam compreender as nuances do TEA e criar ambientes de aprendizado que respeitem e valorizem as diferenças. A implementação de currículos adaptados e a utilização de métodos de ensino diversificados são práticas que podem fazer uma diferença significativa na vida de alunos autistas. Além disso, o envolvimento das famílias no processo educativo é vital, pois elas são defensoras dos direitos de seus filhos e podem contribuir para a promoção de uma cultura de aceitação e inclusão. A educação inclusiva deve ser vista como uma

responsabilidade compartilhada, onde a comunidade escolar, em sua totalidade, se empenha em criar um ambiente acolhedor e respeitoso, beneficiando não apenas os alunos autistas, mas todos os estudantes.

Os museus, como espaços de memória e inclusão social, também desempenham um papel fundamental na conscientização sobre o autismo. Chagas (2009) menciona que esses espaços têm o potencial de resgatar narrativas históricas e promover reflexões críticas sobre a diversidade. Através de exposições que abordem a história do autismo e as experiências de indivíduos no espectro, os museus podem ajudar a desmistificar preconceitos e promover uma maior compreensão entre as diferentes gerações. Essa função educativa é essencial para fomentar a empatia e a aceitação, preparando as novas gerações para conviver em uma sociedade plural. Além disso, a participação ativa de pessoas autistas na curadoria e na criação de exposições pode garantir uma representação mais autêntica e respeitosa das experiências vividas por esses indivíduos, contribuindo para uma maior visibilidade e inclusão.

No contexto dos museus comunitários, essa função de inclusão e conscientização ganha uma dimensão ainda mais significativa. Museus comunitários, por serem espaços que refletem a cultura e a história das comunidades locais, podem servir como plataformas para a promoção da diversidade e da aceitação do autismo. Esses museus têm a capacidade de envolver a comunidade em um diálogo aberto sobre o autismo, promovendo eventos e atividades que incentivem a participação de pessoas autistas e suas famílias. Além disso, ao integrar narrativas autistas nas exposições, os museus comunitários podem ajudar a construir uma imagem positiva do autismo, desafiando estigmas e preconceitos. Essa abordagem não apenas enriquece o acervo cultural da comunidade, mas também fortalece o senso de pertencimento e identidade entre os indivíduos autistas, promovendo uma cultura de inclusão e respeito.

A luta pela visibilidade e pelos direitos das pessoas autistas é uma questão que deve ser abordada como parte dos direitos humanos. A promoção de uma cultura de aceitação e inclusão é um passo essencial para a construção de um futuro em que as pessoas autistas sejam plenamente reconhecidas e valorizadas. As vozes dos autistas devem ser ouvidas nas discussões sobre políticas públicas e

práticas sociais, garantindo que suas necessidades e direitos sejam respeitados. Isso implica reconhecer a autonomia e a agência dos indivíduos autistas, permitindo que se tornem protagonistas de suas próprias histórias. O fortalecimento das redes de apoio e a criação de espaços de diálogo são fundamentais para que as pessoas autistas possam compartilhar suas experiências e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Além disso, a pesquisa sobre o autismo deve continuar a evoluir, incorporando novas descobertas e perspectivas. A interdisciplinaridade é crucial nesse processo, pois o autismo envolve uma complexa interação entre fatores biológicos, psicológicos e sociais. O diálogo entre áreas como psicologia, educação, sociologia e neurociência pode enriquecer a compreensão do autismo e contribuir para o desenvolvimento de intervenções mais eficazes e humanas. A colaboração entre pesquisadores, profissionais e a comunidade autista é essencial para garantir que as pesquisas atendam às necessidades reais dos indivíduos no espectro. A promoção de uma pesquisa ética e inclusiva é fundamental para o avanço do conhecimento sobre o autismo e para a construção de uma sociedade mais acolhedora.

Em suma, as considerações finais deste trabalho ressaltam a importância de uma abordagem inclusiva e respeitosa em relação ao autismo. A construção de uma sociedade que valorize a diversidade e promova a inclusão é um desafio que requer o comprometimento de todos: educadores, profissionais de saúde, formuladores de políticas e a sociedade como um todo. Somente assim poderemos avançar em direção a um futuro onde as pessoas autistas sejam plenamente reconhecidas, aceitas e valorizadas em suas singularidades. Essa transformação social é um processo contínuo que exige esforço coletivo, empatia e dedicação, para que possamos construir um mundo mais justo e inclusivo para todos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, D. G.; DAWSON, G. The autistic brain: thinking across the spectrum. Oxford: Oxford University Press, 2017.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Diagnostic and statistical manual of mental disorders. 5. ed. Arlington: American Psychiatric Publishing, 2013. <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>.

ANDERSON, Benedict. Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism. London: Verso, 1983.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. Comunidade: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BALDINO, Suzan Davis. Museums and autism: creating an inclusive community for learning. In: SANDELL, R.; NIGHTINGALE, E. (Org.). Museums, equality and social justice. London; New York: Routledge, 2012.

BARON-COHEN, S. The autism spectrum: from theory to practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

BARROSO, Suzana Faleiro. O autismo para a psicanálise: da concepção clássica à contemporânea. *Psicologia em Revista*, Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 1231-1247, dez. 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682019000300018. Acesso em: 20 maio 2024.

BOOTH, Rhonda; HAPPÉ, Francesca. Autism and talent. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BOSA, C. O impacto do autismo nas relações familiares. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, v. 28, n. 2, p. 121-127, 2006.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. *Museologia e patrimônio cultural*. São Paulo: Associação Brasileira de Museologia, 1999.

BURLEIGH, Michael. *Death and deliverance: 'euthanasia' in Germany 1900-1945*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

CHAGAS, Mário. *Museologia e desenvolvimento social*. In: ICOM Brasil (Org.). *Museologia e desenvolvimento social*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006. p. 41-50.

CHAGAS, Mário. *A invenção museal: três estudos sobre museus, memória e poder*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

CRADDOCK, G.; LAWSON, W.; SMITH, R. *Autism and museums: the case of the London Science Museum*. In: ANDERSON, S. et al. (Org.). *The Routledge handbook of museums, media and communication*. London: Routledge, 2016.

DAVIS, N. O.; CARTER, A. S. *Parenting stress in mothers and fathers of toddlers with autism spectrum disorders: associations with child characteristics*. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 38, n. 7, p. 1278-1291, 2008.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. *Key concepts of museology*. Paris: ICOM, 2010.

DSM-5. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

DUNCAN, Carol. *Civilizing rituals: inside public art museums*. New York: Routledge, 1995.

FOUCAULT, Michel. *História da loucura*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRIEDLANDER, Henry. *The origins of Nazi genocide: from euthanasia to the final solution*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1995.

GESCHWIND, D. H. Genetics of autism spectrum disorders. *Trends in Cognitive Sciences*, v. 15, n. 9, p. 409-416, 2011.

GRANDIN, Temple. *Thinking in pictures: and other reports from my life with autism*. New York: Vintage, 2006.

GRANDIN, Temple; PENEK, Richard. *The autistic brain: thinking across the spectrum*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.

GRAY, Carol. *The new social story book*. Arlington: Future Horizons, 2015.

GRIFFIN, Naomi. Representing disability in Holocaust museums. *Disability Studies Quarterly*, v. 39, n. 4, 2019.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAPPÉ, Francesca; FRITH, Uta. *Autism: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

HAPPE, F.; FRITH, U. Annual research review: looking back to look forward--changes in the concept of autism and implications for future research. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, v. 61, n. 3, p. 1-20, 2020.

HOOKS, bell. *Belonging: a culture of place*. New York: Routledge, 2003.

HOOPER-GREENHILL, Eilean. *Museums and the shaping of knowledge*. London: Routledge, 1992.

ICOM. International Council of Museums. *ICOM code of ethics for museums*. Paris, 2007.

KANNER, Leo. Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child*, v. 2, p. 217-250, 1943.

KOLLER, D.; KRAJEWSKI, G.; GAJOS, K. *Autism and museum education: bridging the gap*. 2018.

LEVINSKY-RASKIN, Sheri; GREENBERG, Aliza. Supporting transitions: cultural connections for adults with autism spectrum disorders. *Journal of Museum Education*, 2017.

LIMA, João Pacheco de. Territorialidade e resistência indígena: a luta dos Xukuru do Ororubá. Recife: UFPE, 2016.

LISPECTOR, Clarice. *A hora da estrela*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LORD, C. et al. Autism diagnostic observation schedule (ADOS): a standard measure of social and communication deficits associated with the spectrum of autism. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 30, n. 3, p. 205-223, 2000.

MELLO, G. C.; RIVKA, M. A inclusão escolar de crianças com TEA: desafios e avanços. *Educação e Pesquisa*, v. 45, n. 3, p. 74-90, 2019.

MINSHEW, N. J.; WILLIAMS, D. L. The new neurobiology of autism: cortex, connectivity, and neuronal organization. *Archives of Neurology*, v. 64, n. 7, p. 945-950, 2007.

MOTTRON, L. et al. Enhanced perceptual functioning in autism: an update, and eight principles of autistic perception. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, v. 41, n. 1, p. 871-878, 2011.

MUSEU DA MARÉ. O que fazemos? Disponível em: <https://www.museumare.org/oquefazemos>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MUSEUS DO RIO. Museu da Maré. Disponível em: <https://www.museusdoriorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-3/item/88-museu-da-mare>. Acesso em: 29 mar. 2025.

ONU. Organização das Nações Unidas. Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Nova York: ONU, 2006.

POMIAN, Krzysztof. *Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise, XVIe-XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard, 1990.

RIVIÈRE, Georges Henri. La muséologie selon Georges Henri Rivière. Paris: Dunod, 1985.

ROGERS, S. J.; DAWSON, G. Early Start Denver Model for young children with autism: promoting language, learning, and engagement. New York: Guilford Press, 2010.

SALASAR, Desirée Nobre. Um museu para todos: manual para programa de acessibilidade. Pelotas: Ed. da UFPel, 2019.

SCHREIBMAN, L.; KOEGEL, R. L.; STAHLER, A. C. Evidence-based interventions for children with autism. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, v. 44, n. 3, p. 87-99, 2015.

SCHWARTZMAN, J. S. Autismo: definição, diagnóstico e abordagem interdisciplinar. Porto Alegre: Artmed, 2012.

SILBERMAN, Steve. Neurotribes: the legacy of autism and the future of neurodiversity. New York: Avery, 2015.

SILVA, José Carlos da. Museologia indígena e os museus comunitários no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

SILVA, R. T.; CUNHA, A. M. História do autismo: das origens às práticas contemporâneas. *Revista de História e Saúde Mental*, v. 14, n. 3, p. 45-60, 2018.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? In: GLEAVES, David H. (Org.). Disability discourse. Philadelphia: Open University Press, 1999.

SOUZA, Marcus Vinícius. Museu da Maré: memória e resistência na favela. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

TAYLOR, Charles. Multiculturalism and the politics of recognition. Princeton: Princeton University Press, 1994.

TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

TURINO, Heloisa. Museus comunitários: identidade, memória e território. In: SANTOS, Myriam; SOUZA, Michele; OLIVEIRA, Mariana (Org.). Museologia,

memória e patrimônio: percursos e perspectivas. Belo Horizonte: C/Arte, 2011. p. 107-123.

VARINE, Hugues de. Les racines du futur: le patrimoine au service du développement local. Paris: Éditions de l'Aube, 2005.

VARNER, Rachel. Museums and visitors with autism: an overview of programs. 2015. Tese (Mestrado) – Rochester Institute of Technology. Disponível em: <https://scholarworks.rit.edu/theses/8848>. Acesso em: 20 maio 2024.

WESTRUPP, Zezé. Museus, patrimônio e inclusão social. In: CHAGAS, Mário; BRUNO, Maria Cristina Oliveira; GONÇALVES, José Reginaldo Santos (Org.). Museus e seus territórios. Rio de Janeiro: MinC/IPHAN/DEMU, 2014. p. 235-252.